

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia de Saneamento do Paraná – SANEPAR (também identificada como “Companhia” ou “Sanepar”), sediada à Rua Engenheiros Rebouças em Curitiba – Paraná, é uma Sociedade de Economia Mista que tem por objetivo social, por delegação do Estado do Paraná e seus municípios, a exploração de serviços de saneamento básico, principalmente a distribuição de água, coleta e tratamento de esgoto sanitário, além da coleta e tratamento de resíduos sólidos, realização de estudos, projetos e execução de obras relativas a novas instalações, ampliações de redes de distribuição de água e redes de coleta e tratamento de esgoto sanitário e prestação de serviços de consultoria e assistência técnica em suas áreas de atuação. A Companhia também colabora com órgãos e entidades federais, estaduais e municipais em assuntos pertinentes ao desenvolvimento de seus objetivos básicos.

No dia 28 de julho de 2020 foi sancionada a Lei nº 20.266/2020, que alterou o artigo 1º da Lei nº 4.684 de 24 de janeiro de 1963, autorizando a Companhia a atuar, inclusive no exterior, na exploração de serviços públicos e sistemas privados de abastecimento de água, coleta, remoção e destinação final de efluentes, resíduos sólidos domésticos e industriais, drenagem urbana, serviços relacionados a proteção do meio ambiente e aos recursos hídricos, além de estar autorizada a comercializar a energia gerada em suas unidades, os serviços e direitos decorrentes de seus ativos patrimoniais e utilizar redes para instalação de fibras óticas. A Companhia poderá ainda participar, majoritária ou minoritariamente, de consórcios, fundos de investimentos ou sociedades com empresas públicas e privadas. A operação desses negócios poderá ser diretamente ou através de subsidiárias, por meio de sociedades de propósito específico ou outras espécies jurídicas de associação aprovadas pela Assembleia Geral de Acionistas.

A Companhia, por meio de concessões municipais, presta serviços de tratamento e distribuição de água e coleta e tratamento de esgoto. As renovações dos contratos têm seu prazo de validade definido em média 30 anos. A situação atual das 346 concessões municipais operadas está demonstrada a seguir:

Contratos Concessão/Programa ¹	Quantidade de Contratos ¹	Ativo Intangível + Ativo de Contrato + Ativo Financeiro ^{1 2}	% da Receita Total ¹	% do EBITDA ¹
Vencidos	19	420.328	4,2	3,5
Vencimento em 2022	1	224.414	0,6	0,5
Vencimento entre 2023 e 2033	70	2.430.804	20,2	17,0
Vencimento após 2033 ³	256	8.710.205	75,0	79,0
Totais	346	11.785.751	100,0	100,0

¹ Informação não auditada ou não revisada pelos auditores independentes;

² Valor do Custo Contábil;

³ Inclui o município de Maringá, cujo termo aditivo que prorrogou a concessão até 2040, está em discussão judicial.

Quando do vencimento das concessões, o município deverá ressarcir à Companhia os valores dos ativos relacionados à concessão. Adicionalmente, a Companhia está discutindo judicialmente a validade do termo aditivo que prorrogou a concessão com o Município de Maringá. O último movimento processual desse caso se refere à distribuição no Supremo Tribunal Federal (STF), ao Ministro Ricardo Lewandowski, do Recurso Extraordinário com Agravo (ARE), sob nº 1363547, o qual teve seu seguimento negado em 16/02/2022, restando pendente a análise de Agravo Interno interposto em 19/09/2022. Também no STF, nas datas de 20/04/2022, 23/05/2022 e 05/08/2022 foram realizadas audiências de conciliação, com o apoio do Centro de Mediação e Conciliação do STF e participação do Ministério Público Estadual do Paraná, na qual a Sanepar apresentou proposta ao Município, todavia, estas restaram infrutíferas. Conforme determinação judicial, o contrato não se extingue até que o Município efetue o pagamento da indenização devida à Companhia.

A Companhia é registrada na Comissão de Valores Mobiliários - CVM como Companhia Aberta na categoria A (emissores autorizados a negociar quaisquer valores mobiliários) e tem suas ações negociadas na Bolsa de Valores de São Paulo (B3 - Brasil, Bolsa, Balcão), estando listada no Nível 2 de Governança Corporativa.

A Companhia participa com 40% do capital de Sociedade de Propósito Específico, sob a forma de Sociedade Anônima de capital fechado, denominada “CS Bioenergia S.A.”, que tem como objeto social a exploração e destinação final adequada de resíduos sólidos e orgânicos, bem como o lodo produzido nas estações de tratamento de esgotos, produção de biogás e geração de energia, conforme indicado na Nota Explicativa 12.

2. APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

2.1. Declaração de Conformidade

As Informações Contábeis Intermediárias estão sendo apresentadas em conformidade com o CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária, emitido pelo CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis e o IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo IASB – *International Accounting Standards Board*, aplicáveis à elaboração das Informações Contábeis Intermediárias – ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas e procedimentos contábeis estabelecidos pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM. Portanto, as Informações Contábeis Intermediárias estão também em conformidade com as IFRS, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das Informações Contábeis Intermediárias, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

As Informações Contábeis Intermediárias foram autorizadas para emissão pelo Conselho de Administração da Companhia em 03 de novembro de 2022.

2.2. Mudança de prática contábil

Até o Exercício de 2021 a Companhia tinha como prática contábil o registro dos gastos com “Fundos Municipais de Saneamento e Gestão Ambiental” como “Despesas Comerciais”. Estes valores decorrem de compromissos financeiros assumidos nos Contratos de Programa/Concessão entre a Companhia e os municípios concedentes, e representam um valor percentual calculado sobre a receita bruta da Companhia nos respectivos municípios.

A partir do Exercício de 2022 a Companhia passou a registrar os gastos com “Fundos Municipais de Saneamento e Gestão Ambiental” como Custo dos Serviços Prestados, e não mais na rubrica de Despesas Comerciais. Esta classificação não afetou o resultado do período.

Dessa forma, conforme requerido pelo Pronunciamento Técnico CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, tendo por objetivo preservar a comparabilidade das informações contábeis e demonstrações contábeis entre os períodos/exercícios, a Companhia reclassificou os valores dos gastos com “Fundos Municipais de Saneamento e Gestão Ambiental” apresentados na Demonstração dos Resultados de 30 de setembro de 2021, conforme demonstrado a seguir:

Descrição	Divulgado 3T21	Ajuste	Reclassificado 3T21
Custos dos Serviços Prestados	(517.480)	(17.198)	(534.678)
Despesas Comerciais	(113.044)	17.198	(95.846)
Impacto no Resultado do Período	-	-	-

Descrição	Divulgado 9M21	Ajuste	Reclassificado 9M21
Custos dos Serviços Prestados	(1.497.635)	(49.718)	(1.547.353)
Despesas Comerciais	(313.082)	49.718	(263.364)
Impacto no Resultado do Período	-	-	-

2.3. Continuidade Operacional

A Administração da Companhia tem realizado todo seu planejamento e ações visando a perenidade de seus negócios, dessa forma avalia que possui condições de disponibilizar todos os recursos para continuidade de suas operações inclusive avaliou os impactos da COVID-19, conforme Nota Explicativa 30. A Administração não tem conhecimento de qualquer incerteza relevante que possa gerar dúvidas sobre a continuidade operacional da Companhia, sendo assim as Informações Contábeis Intermediárias foram elaboradas levando em conta esse pressuposto.

Novo Marco Legal do Saneamento

Em 15 de julho de 2020 foi publicada a Lei Federal nº 14.026/2020 que atualizou o marco legal de saneamento básico e adequou outras normas para contemplar as atualizações propostas no novo texto legal, ampliou a concorrência no setor e impôs metas de atendimento de 99% da população atendida com água potável e de 90% com coleta e tratamento de esgotos até 31 de dezembro de 2033, incentivando as operadoras a atuarem com maior eficiência, sendo que em caso de descumprimento do prazo acima, os contratos poderão ser considerados irregulares.

A ANA passou a ter competência para criar normas de referência para a regulamentação dos serviços públicos de saneamento básico, sendo que as entidades reguladoras Estaduais e Municipais poderão adotar as normas de referência nacional. As normas de referência deverão tratar das seguintes questões: i) de qualidade e eficiência na prestação, na manutenção e na operação dos sistemas de saneamento básico; ii) regulamentação tarifária; iii) padronização dos instrumentos negociais de prestação de serviços públicos; iv) metas de uniformização dos serviços de saneamento básico; v) critérios de contabilidade regulatória; vi) controle da perda de água; vii) metodologia de cálculo de indenizações devidas em razão dos investimentos realizados; viii) governança das entidades regulamentadoras; ix) reuso de efluentes tratados; x) determinação de caducidade na prestação dos serviços de saneamento básicos; xi) normas e metas de substituição do sistema unitário pelo sistema separador absoluto de tratamento de efluentes; xii) sistema de avaliação do cumprimento de metas de ampliação e universalização; e xiii) conteúdo mínimo para prestação universalizada e a sustentabilidade econômico-financeiro dos serviços de saneamento básico.

A Lei veda a formalização de novos contratos de programa para a prestação de serviço público de saneamento básico.

Prevê que os Estados estabeleçam estruturas de prestação regional atendendo os critérios do Estatuto da Metrópole.

Em 31 de maio de 2021, o Decreto nº 10.710 regulamentou o art. 10-B da Lei Federal nº 11.445/2007, estabelecendo a metodologia para comprovação da capacidade econômico-financeira dos prestadores de serviços públicos de abastecimento de água potável ou de esgotamento sanitário.

Em 09 de julho de 2021 o Estado do Paraná, pela Lei Complementar Estadual nº 237, instituiu as microrregiões dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário do Oeste, do Centro-Leste e do Centro-Litoral e suas respectivas estruturas de governança, contemplando todos os 399 municípios paranaenses, dos quais a Companhia opera em 345 municípios.

Em 01 de outubro de 2021 foram publicados os Decretos Estaduais nº 8.924/2021, nº 8.925/2021 e nº 8.926/2021 que implementaram os regimentos internos provisórios de cada uma das microrregiões.

Em 30 de março de 2022 foi aprovada nas Assembleias Gerais das Microrregiões de Água e Esgoto do Paraná (MRAE-1, MRAE-2 e MRAE-3), a inclusão, nos aditivos contratuais aos Contratos de Concessão/Programa, das metas previstas no artigo 11-B da Lei Federal nº 11.445/2007, atribuído pela Lei Federal nº 14.026/2020.

A Companhia em atendimento às obrigações previstas no Decreto Federal nº 10.710/2021 protocolou a comprovação de capacidade econômica e financeira para atender as metas previstas no art. 11-B da Lei nº 11.445/2007 no dia 29 de dezembro de 2021 na Agência Reguladora do Paraná – AGEPAR e na Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento – ARIS, e entre os dias 29 e 30 de dezembro de 2021 na Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico – ANA.

Em 07 de março de 2022 o Conselho Diretor da AGEPAR, em sua Reunião Extraordinária nº 07/2022 deliberou por: i) referendar a aprovação da Sanepar na primeira etapa da avaliação da sua capacidade-econômica financeira; ii) atestar em segunda etapa, com ressalvas, a capacidade econômico-financeira da Sanepar para atender, em 296 municípios, incluindo Porto União/SC; e iii) não atestar, em segunda etapa, a capacidade econômico-financeira da Sanepar para atender em 35 municípios, justificada pela falta de tempo contratual hábil para as atividades de engenharia. Diante disso, a Companhia protocolou em 21 de março de 2022 no âmbito da AGEPAR Recurso Administrativo quanto à comprovação da capacidade econômico-financeira da Sanepar no sentido de: i) retirar as ressalvas na comprovação dos municípios atestados pela AGEPAR; e ii) incluir, mediante documentação complementar, a comprovação para os municípios não atestados preliminarmente.

Em 28 de março de 2022, o Conselho Diretor da AGEPAR, em sua Reunião Extraordinária nº 10/2022 deliberou no sentido de: i) afastar as ressalvas quanto às metas intermediárias de não-intermitência, de perdas e de melhoria de qualidade da prestação dos serviços exclusivamente como requisito para obtenção do atestado de capacidade econômico-financeira; ii) reafirmar a inclusão da AGEPAR como ente regulador nos termos de atualização e termos aditivos; e iii) reconhecer como erro formal e retificar o voto original, passando a constar 21 municípios e, assim, emitir atestado de capacidade econômico-financeira para o atendimento de 310 municípios.

Em 29 de março de 2022, a Companhia protocolou na AGEPAR um pedido de reconsideração, acerca da decisão do Conselho Diretor.

Em 31 de março de 2022, o Conselho Diretor da AGEPAR, em sua Reunião Extraordinária nº 12/2022, deliberou pelo não acolhimento do Pedido de Reconsideração interposto pela Companhia quanto à decisão da Agência em não atestar a comprovação da capacidade econômico-financeira da Companhia com relação a 21 municípios, os quais representaram no Exercício Social de 2021 0,41% da Receita Operacional Líquida da Companhia, ressaltando a licitude dos referidos contratos até seus termos finais, conforme manifestação da AGEPAR.

2.4. Base de Mensuração e Apresentação

As Informações Contábeis Intermediárias foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos financeiros mensurados ao valor justo e determinadas classes de ativos e passivos circulantes e não circulantes, conforme apresentado na nota explicativa de práticas contábeis.

2.5. Moeda Funcional e Moeda de Apresentação

Todos os valores apresentados nas Informações Contábeis Intermediárias, incluindo os valores inseridos nas notas explicativas, estão expressos em milhares de reais, que é a moeda funcional da Companhia, exceto aqueles indicados de outra forma, quando aplicável.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis utilizadas na preparação das Informações Contábeis Intermediárias do trimestre findo em 30 de setembro de 2022 são consistentes com as práticas descritas na Nota Explicativa 3 das Demonstrações Contábeis da Companhia do exercício findo em 31 de dezembro de 2021. Dessa forma, estas informações contábeis intermediárias devem ser lidas juntamente com as demonstrações contábeis anuais relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, as quais foram divulgadas em 24 de fevereiro de 2022.

Novos IFRS e interpretações do IFRIC (Comitê de interpretação de informação financeira do IASB)

No trimestre findo em 30 de setembro de 2022, não foram emitidas novas normas, alterações e interpretações de normas. Adicionalmente, o IASB emitiu/revisou algumas normas IFRS, as quais tem sua adoção para o exercício de 2022 ou após, e a Companhia está avaliando os impactos em suas Informações Contábeis Intermediárias da adoção destas normas:

Alteração da norma IAS 1 – Classificação de passivos como Circulante ou Não-circulante:

Esclarece aspectos a serem considerados para a classificação de passivos como Passivo Circulante ou Passivo Não-circulante. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1/01/2023. A Companhia não espera impactos significativos nas suas Informações Contábeis Intermediárias.

Alteração da norma IAS 1 e Divulgação de práticas contábeis 2 – Divulgação de políticas contábeis:

Esclarece aspectos a serem considerados na divulgação de políticas contábeis. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1/01/2023. A Companhia não espera impactos significativos nas suas Informações Contábeis Intermediárias.

Alteração da norma IAS 8 – Definição de estimativas contábeis: Esclarece aspectos a serem considerados na definição de estimativas contábeis. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1/01/2023. A Companhia não espera impactos significativos nas suas Informações Contábeis Intermediárias.

Alteração da norma IAS 12 – Imposto Diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação: Esclarece aspectos a serem considerados no reconhecimento de impostos diferidos ativos e passivos relacionados a diferenças temporárias tributáveis e diferenças temporárias dedutíveis. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1/01/2023. A Companhia não espera impactos significativos nas suas Informações Contábeis Intermediárias.

4. GESTÃO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia tem exposição a riscos financeiros, porém administrados ou mitigados de forma a não impactar, significativamente, os resultados de suas operações, e estão descritos nesta Nota Explicativa.

4.1. Gestão de Risco Financeiro

Risco de Negócio: o negócio da Companhia refere-se basicamente a captar, tratar e distribuir água, coletar e tratar esgotos sanitários para 345 concessões municipais operadas no Estado do Paraná e 01 concessão municipal no Estado de Santa Catarina. Os resultados da Companhia dependem da manutenção das concessões nos municípios em que opera, na média os contratos de concessão e contratos de programas têm prazo de duração de 30 anos. Nesses contratos há previsão de cumprimento de metas de ampliação e manutenção dos sistemas de água e esgoto, relacionadas aos índices de atendimento com rede de abastecimento de água e atendimento com rede coletora de esgoto. No caso de encerramento dos contratos ou rescisão antes de seu término, o poder concedente deverá indenizar à Companhia os valores dos investimentos não amortizados relacionados a concessão, mediante avaliação. O processo de reajuste e revisão da tarifa é aprovado pela AGEPAR - Agência Reguladora do Paraná.

Risco de Crédito: a Companhia está exposta ao risco de crédito da contraparte em suas operações financeiras (caixa e equivalentes de caixa, depósitos bancários e instituições financeiras) e contas a receber (crédito a clientes e saldos com partes relacionadas). A exposição máxima equivale ao valor contábil apresentado em 30 de setembro de 2022 e estão demonstrados nas Notas Explicativas 6, 9 e 20. Os riscos relativos aos clientes são mitigados pela sua composição contemplar uma base pulverizada e que abrange praticamente toda a população do Estado do Paraná. Considerando o tipo de negócio a Administração não efetua análise de crédito sobre a capacidade de pagamento do cliente, adotando a prática de corte no abastecimento no caso de inadimplência mediante aviso prévio entregue por escrito ao usuário, com antecedência mínima de trinta dias da data prevista para o corte, exceto na vigência da Lei Estadual nº 20.187 de 2020 decorrente da pandemia do coronavírus. O nível de perdas na realização das contas a receber é considerado normal para o setor de saneamento.

A prática do corte de abastecimento não é aplicada ao Poder Público, entretanto, a Administração vem concentrando esforços no sentido de reduzir os níveis de inadimplência, por meio de negociações com os municípios devedores e caso não haja acordo, a Companhia ingressa com cobrança judicial.

Risco de Taxa de Juros: risco de taxas de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. A exposição da Companhia ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, às obrigações de longo prazo sujeitas a taxas de juros variáveis.

Este risco é proveniente da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de oscilações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos.

Análise de Sensibilidade a taxa de juros: a Administração da Companhia efetua o cálculo de sensibilidade a uma possível mudança na taxa de rentabilidade das aplicações financeiras e juros sobre os empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamentos sujeitos a taxas de juros variáveis, que possam gerar impactos significativos. Se as taxas de rentabilidade das aplicações financeiras e dos juros sobre os empréstimos mantidos em reais variassem em torno de 25% e 50% para mais ou para menos, com todas as outras variáveis mantidas constantes, o efeito no lucro antes dos impostos seria de R\$21.583 e R\$43.166 a mais ou a menos, principalmente em decorrência de receitas de aplicações financeiras e de despesas de juros mais baixas ou mais altas nas aplicações financeiras e nos empréstimos de taxa variável conforme descrito a seguir:

Descrição	Indexador	+25%	-25%	+50%	-50%
Caixa FI Sanepar I Renda Fixa	DI	31.705	(31.705)	63.410	(63.410)
Ativos		31.705	(31.705)	63.410	(63.410)
Caixa Econômica Federal	TR	(3.233)	3.233	(6.466)	6.466
BNDES	TJLP	(62)	62	(124)	124
BNDES-PAC2	TJLP	(3.789)	3.789	(7.578)	7.578
BNDES-AVANÇAR	IPCA	(710)	710	(1.420)	1.420
Debêntures - 2ª Emissão - 1ª e 3ª Séries	TJLP	(825)	825	(1.650)	1.650
Debêntures - 2ª Emissão - 2ª Série	IPCA	(778)	778	(1.556)	1.556
Debêntures - 4ª Emissão - 1ª Série	TJLP	(1.545)	1.545	(3.090)	3.090
Debêntures - 4ª Emissão - 2ª Série	IPCA	(953)	953	(1.906)	1.906
Debêntures - 7ª Emissão - 1ª a 4ª Séries	IPCA	(1.956)	1.956	(3.912)	3.912
Debêntures - 8ª Emissão - 2ª Série	DI	(3.795)	3.795	(7.590)	7.590
Debêntures - 9ª Emissão - 1ª e 2ª Séries	DI	(8.444)	8.444	(16.888)	16.888
Debêntures - 10ª Emissão - Série Única	IPCA	(4.661)	4.661	(9.322)	9.322
Debêntures - 11ª Emissão - 1ª Série	DI	(3.048)	3.048	(6.096)	6.096
Debêntures - 11ª Emissão - 2ª e 3ª Séries	IPCA	(4.672)	4.672	(9.344)	9.344
Debêntures - 12ª Emissão - 1ª Série	DI	(3.897)	3.897	(7.794)	7.794
Debêntures - 12ª Emissão - 2ª Série	IPCA	(2.783)	2.783	(5.566)	5.566
Arrendamento Litoral	IPC-FIPE	(7.717)	7.717	(15.434)	15.434
Arrendamento Direito de Uso	DI	(420)	420	(840)	840
Passivos		(53.288)	53.288	(106.576)	106.576
Efeitos no Lucro antes da tributação		(21.583)	21.583	(43.166)	43.166

Os índices considerados para o período de 12 meses findos em 30 de setembro de 2022 foram, TR de 1,17% e a TJLP de 6,31% obtidas junto ao BACEN - Banco Central do Brasil, o IPCA à taxa de 7,17% obtido junto ao IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o DI à taxa de 10,93% obtido junto à B3 – Brasil, Bolsa e Balcão e o IPC à taxa de 8,20% obtido junto à Fipe.

Análise de Sensibilidade à taxa de câmbio: apresentamos a seguir os impactos que seriam gerados por mudanças nas variáveis de riscos relacionados aos instrumentos financeiros derivativos destinados a proteção (hedge) do empréstimo em moeda estrangeira. Conforme dados do Banco Central do Brasil – BACEN, obtidos no Sistema de Expectativas de Mercado, o cenário provável para o próximo trimestre é redução de 3,786% na cotação do Dólar. Este cenário utiliza-se da taxa de câmbio média projetada para dezembro de 2022, em relação a última taxa PTAX informada na data de 30/09/2022.

Considerando o valor nocional de €2.989 mil (R\$15.815 mil), o valor da cotação da moeda Euro como R\$5,2904 para 30 de setembro de 2022 (Ptax – Banco Central) e considerando a premissa de se manter o valor proporcional de U\$0,9785 para cada euro, considerando o dólar PTAX a R\$5,4066, apresentamos a seguir a variação do câmbio em 25% e 50% para apreciação e depreciação em relação a exposição:

Efeito no resultado	Provável	+25%	-25%	+50%	-50%
Risco de variação do Euro (redução de 3,786%)	599	(3.954)	3.954	7.908	(7.908)

Risco de Liquidez: O risco de liquidez consiste na eventualidade da Companhia não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função das diferentes moedas e prazos de realização/liquidação de seus direitos e obrigações. A Companhia estrutura os vencimentos dos contratos financeiros não derivativos, conforme demonstrado na Nota Explicativa 14, de modo a não afetar a sua liquidez. O gerenciamento da liquidez e do fluxo de caixa é efetuado diariamente pelas áreas de gestão da Companhia, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, reduzindo riscos de liquidez. Adicionalmente a Companhia possui política de dividendos e gestão de risco de tesouraria e mercado.

Instrumentos Financeiros Derivativos: Em conformidade com a Política de Gestão de Risco, Tesouraria e Mercado da Companhia, visando mitigar os riscos relativos à exposição cambial, foram contratadas 3 instituições financeiras para realização de operações de proteção (hedge), sem caráter especulativo, quando do recebimento de recursos decorrentes de empréstimo do Banco KfW, por intermédio de troca (Swap) da variação da dívida em Euros + 1,35% de juros ao ano por um percentual do CDI. A Companhia não aplica a política contábil de *hedge accounting* para esse contrato, mensurando ao valor justo por meio do resultado, apresentado no resultado financeiro. A dívida deste empréstimo está demonstrada na Nota Explicativa 14.

Em 30 de setembro de 2022 a Companhia possui contratos de Swap (Euro + juros X CDI) conforme demonstrado a seguir:

Instrumentos Financeiros - Contratos de Swap							
Operação	Agente	Data do Início da Operação	Vencimento da Operação	Valor Nocional EUR	Valor Justo da Posição Ativa	Valor Justo da Posição Passiva	Ganho (Perda) com Instrumentos Derivativos - Swap
1	Itaú BBA	09/08/2019	26/12/2022	6	32	27	5
2	Itaú BBA	04/09/2019	26/12/2022	64	342	308	34
3	Itaú BBA	04/10/2019	26/12/2022	12	63	55	8
4	Itaú BBA	13/11/2019	26/12/2022	368	1.953	1.765	188
5	Itaú BBA	05/06/2020	26/12/2022	632	3.355	3.779	(424)
6	Itaú BBA	15/12/2020	26/12/2022	404	2.142	2.612	(470)
7	Banco Bradesco	26/05/2021	26/12/2022	327	1.731	2.227	(496)
8	Itaú BBA	05/11/2021	26/12/2022	198	1.054	1.330	(276)
9	Banco Bradesco	01/06/2022	26/12/2022	370	1.955	1.958	(3)
10	Banco Bradesco	01/06/2022	26/06/2023	598	3.164	3.164	-
TOTAL				2.979	15.791	17.225	(1.434)

4.2. Gestão de Risco de Capital

O objetivo da gestão de capital da Companhia é assegurar que se mantenha uma relação de capital ótima e um *rating* de crédito forte perante as instituições financeiras e agências de risco, a fim de suportar os negócios e maximizar o valor aos acionistas. A Companhia administra sua estrutura de capital fazendo ajustes e adequando às condições econômicas. Com esse objetivo, a Companhia pode efetuar pagamentos de dividendos, captação de novos empréstimos, emissão de notas promissórias e debêntures. Para o período findo em 30 de setembro de 2022, não houve mudança nos objetivos, políticas ou processos de estrutura de capital.

Com o objetivo de manter a liquidez e sua capacidade de pagamento a Companhia utiliza como métrica de alavancagem a relação dívida líquida/patrimônio líquido. Para efeito de dívida líquida considera-se: empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamentos, menos caixa e equivalentes de caixa:

Descrição	30/09/2022	31/12/2021
Empréstimos, Financiamentos, Debêntures e Arrendamentos	4.909.243	4.120.565
Caixa e Equivalentes de Caixa	(1.227.491)	(983.127)
Dívida Líquida *	3.681.752	3.137.438
Patrimônio Líquido	8.408.834	7.826.342
Relação Dívida Líquida/Patrimônio Líquido *	0,44	0,40

* Informação não auditada ou não revisada pelos auditores independentes

4.3. Instrumentos Financeiros

Os instrumentos financeiros estão reconhecidos nas Informações Contábeis Intermediárias da Companhia, conforme a seguir:

Descrição	30/09/2022	31/12/2021
Ativos		
Valor justo por meio do resultado		
Aplicações Financeiras	1.188.902	942.304
Instrumentos Financeiros Derivativos	15.791	12.716
Depósitos Vinculados	89.578	73.357
Custo amortizado		
Caixa e Bancos	38.589	40.823
Contas a Receber de Clientes, líquido	1.124.215	1.023.029
Ativos Financeiros Contratuais	669.686	603.014
Outras Contas a Receber	77.202	64.878
Totais	3.203.963	2.760.121
Passivos		
Valor justo por meio do resultado		
Instrumentos Financeiros Derivativos	17.225	11.606
Custo amortizado		
Empréstimos, Financiamentos, Debêntures e Arrendamentos	4.909.243	4.120.565
Fornecedores	276.910	272.226
Outras Contas a Pagar	94.805	88.606
Totais	5.298.183	4.493.003

O nível de hierarquia do valor justo por meio do resultado dos ativos da Companhia está enquadrado no nível 2, que corresponde a Aplicações Financeiras, Instrumentos Financeiros Derivativos e Depósitos Vinculados, conforme CPC 48 – Instrumentos Financeiros.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Apresenta a seguinte composição:

Descrição	30/09/2022	31/12/2021
Depósitos Bancários Livres	583	3.842
Depósitos Bancários Vinculados	38.006	36.981
	38.589	40.823
Aplicações Financeiras	1.188.902	942.304
Totais de Caixa e Equivalentes de Caixa	1.227.491	983.127

As aplicações financeiras aproximam-se do valor justo e possuem características de curto prazo, de alta liquidez e com baixo risco de mudança de valor. São constituídas por fundo de renda fixa, aplicados em Fundo de Investimento exclusivo (CNPJ 03.737.212/0001-44 – Fundo de Investimento Exclusivo Caixa SANEPAR I Renda Fixa) cuja carteira é composta em sua maioria de títulos públicos federais, com remuneração média de 99,81% do CDI (97,24% em 2021). O aumento do saldo das Aplicações Financeiras deve-se a captação da 12ª emissão de debêntures no montante de R\$600.000.

6. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

a) Os saldos de contas a receber de clientes apresentam a seguinte composição por vencimento:

Descrição	30/09/2022	31/12/2021
Contas a Receber Vincendas	331.671	319.892
Contas a Receber de Parcelamentos	184.819	129.639
Ajuste a Valor Presente	(26.932)	(17.211)
Contas a Faturar (Consumo não Faturado)	232.561	241.906
	722.119	674.226
Contas a Receber Vencidas		
De 1 a 30 dias	176.387	164.796
De 31 a 60 dias	83.740	71.331
De 61 a 90 dias	55.321	46.293
De 91 a 180 dias	117.076	90.306
Mais de 180 dias	526.680	366.825
Provisão para Perdas na Realização de Créditos	(557.108)	(390.748)
	402.096	348.803
Totais de Contas a Receber, líquidas	1.124.215	1.023.029
Circulante	1.040.436	971.478
Não Circulante	83.779	51.551

Apresentamos a seguir a composição do total das contas a receber vencidas, líquidas das perdas na realização de créditos:

Descrição	Contas a Receber	Provisão para Perdas	Ajuste a Valor Presente	30/09/2022	31/12/2021
Prefeituras Municipais	111.671	(53.930)	(22.855)	34.886	34.757
Particulares	1.582.760	(503.178)	(4.077)	1.075.505	976.308
Setor Federal	1.442	-	-	1.442	1.274
Setor Estadual	12.382	-	-	12.382	10.690
Saldos no Final do Período	1.708.255	(557.108)	(26.932)	1.124.215	1.023.029

b) A movimentação da provisão para perdas na realização de créditos foi a seguinte:

Descrição	30/09/2022	31/12/2021
Saldos no Início do Período	(390.748)	(286.954)
Valores Registrados como Despesa	(167.065)	(103.830)
Baixas, Líquidas das Recuperações	705	36
Saldos no Final do Período	(557.108)	(390.748)

Crescimento do saldo de provisão para perdas na realização de créditos decorrente de contas vencidas, principalmente reflexo da inadimplência de contas a receber de clientes particulares, vencidas há mais de 180 dias.

c) O saldo de provisão para perdas na realização de créditos a receber apresenta a seguinte composição:

Descrição	30/09/2022	31/12/2021
Clientes Particulares	(503.178)	(333.411)
Prefeituras Municipais	(53.930)	(57.337)
Totais	(557.108)	(390.748)

d) O saldo de contas a receber de clientes a curto e longo prazo decorrente de parcelamentos foi ajustado a valor presente. A movimentação do ajuste a valor presente foi a seguinte:

Descrição	30/09/2022	31/12/2021
Saldos no Início do Período	(17.211)	(8.860)
Ajuste a Valor Presente	(9.721)	(8.351)
Saldos no Final do Período	(26.932)	(17.211)

7. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR

Apresenta a seguinte composição:

Descrição	30/09/2022	31/12/2021
Imposto de Renda a compensar	12.380	11.411
Contribuição Social a compensar	10	9
Totais	12.390	11.420
Circulante	12.390	11.420

8. DEPÓSITOS VINCULADOS

Os depósitos vinculados apresentam a seguinte composição:

Descrição	30/09/2022	31/12/2021
Fundação Nacional de Saúde - FUNASA	3.481	4.438
Reservas mantidas na CAIXA (1)	71.788	58.982
Outros Convênios (2)	14.309	9.937
Totais	89.578	73.357
Circulante	17.790	14.375
Não Circulante	71.788	58.982

(1) Contas reservas vinculadas a contratos de financiamentos em montante suficiente para o cumprimento das cláusulas contratuais;

(2) Convênio de cooperação técnica e financeira firmado com a Itaipu Binacional para desenvolvimento do projeto "Gestão de Recursos Hídricos e Segurança Hídrica na Região Oeste do Paraná".

9. OUTRAS CONTAS A RECEBER

A composição apresenta os seguintes valores:

Descrição	30/09/2022	31/12/2021
Adiantamentos a Empregados	29.365	13.439
Pagamentos Reembolsáveis	1.104	3.436
Depósitos Dados em Garantia	1.608	1.760
Fundo Municipal de Saneamento e Gestão Ambiental (1)	43.723	45.130
Despesas Antecipadas	304	254
Títulos e Outros Créditos	1.098	859
Totais	77.202	64.878
Circulante	34.582	20.851
Não Circulante	42.620	44.027

(1) Antecipação de repasse aos Fundos Municipais de Saneamento e Gestão Ambiental, conforme previsto em contrato de programa.

10. ATIVOS FINANCEIROS CONTRATUAIS

A movimentação do Ativo Financeiro é a seguinte:

Descrição	31/12/2021	Adições	Receita de AVP	Despesas de AVP	30/09/2022
Investimento Não Amortizado	1.609.292	123.879	-	-	1.733.171
Ajuste a Valor Presente	(1.006.278)	(76.792)	19.646	(61)	(1.063.485)
Totais	603.014	(a) 47.087	19.646	(61)	669.686

a) Valor transferido da conta de ativo imobilizado e intangível, referente à expectativa de valor residual a receber ao final dos contratos de programas, líquido do Ajuste a Valor Presente do período (nota explicativa 13c).

A taxa de desconto equivalente aplicada para o cálculo do Ajuste a Valor Presente no período foi de 4,1% (*spread* entre o IPCA projetado para o exercício e a taxa WACC) e levou em consideração Contratos de Programa com prazos entre 18 e 28 anos.

11. ATIVO DE CONTRATO

Apresenta a seguinte movimentação:

Descrição	31/12/2021	Adições	Capitalização de Juros	Baixas e Perdas	Transferências para Intangível	Requisição para Obras	30/09/2022
Projetos e Obras em Andamento	1.736.808	1.138.491	29.539	1.011	(480.881)	-	2.424.968
Estoques para Obras	132.935	57.031	-	-	-	(61.552)	128.414
Totais	1.869.743	1.195.522	29.539	1.011	(480.881)	(61.552)	2.553.382

Até o 3º trimestre de 2022 foi registrado como projetos e obras em andamento o montante de R\$1.195.522 (R\$824.875 no mesmo período de 2021), decorrente de: (i) ampliação de Sistema de Abastecimento de Água principalmente nos municípios de Curitiba, São José dos Pinhais, Laranjeiras do Sul, Guarapuava e Londrina; (ii) Coleta e Tratamento de Esgoto principalmente nos municípios de Ivaiporã, Londrina, Ibaiti, Cafelândia e Arapongas. Foram transferidos para o Ativo Intangível valores referentes a obras concluídas de ampliações de Sistema de Abastecimento de Água e de Coleta e Tratamento de Esgoto principalmente, nos municípios de Araucária, Curitiba, Foz do Iguaçu, Umuarama e União da Vitória.

Até o trimestre findo em 30 de setembro de 2022 foram capitalizados juros e demais encargos financeiros, incorridos sobre os recursos e empréstimos que financiaram os projetos e obras da Companhia, no montante de R\$29.539 (R\$16.288 no mesmo período de 2021). A taxa média utilizada para determinar o montante dos custos de empréstimo passíveis de capitalização em relação ao total dos custos foi de 8,6%.

12. INVESTIMENTOS

A Companhia possui os seguintes investimentos:

Descrição	30/09/2022	31/12/2021
Investimento Controlado em Conjunto - CS Bioenergia S.A.	15.292	14.774
Impairment Test	(12.551)	(14.774)
Outros Investimentos	1.936	2.030
Totais	4.677	2.030

Investimento Controlado em Conjunto – CS Bioenergia S. A.

A Companhia detém 40% da CS Bioenergia S.A., Companhia localizada ao lado da ETE – Estação de Tratamento de Esgoto Belém, que tem por objetivo a exploração e destinação final adequada de resíduos sólidos, orgânicos e do lodo produzido na referida ETE, além da produção de biogás e geração de energia através do processo de biodigestão. A CS Bioenergia S.A. iniciou parcialmente sua operação em junho de 2017 e em 2019 atingiu sua estabilidade operacional e iniciou o processo de transferência de créditos de energia elétrica para unidades consumidoras da Sanepar. O aporte financeiro realizado pela Companhia compreende o montante de R\$36.104 registrado em seu Capital Social e R\$2.741 a título de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital - AFAC.

A participação da Companhia é contabilizada utilizando o método da equivalência patrimonial nas Informações Contábeis Intermediárias da investida, que estão sumarizadas a seguir:

Balanco Patrimonial - CS Bioenergia S.A.	30/09/2022	31/12/2021
Ativo Circulante	2.916	2.573
Ativo Não Circulante	51.988	53.278
• Imobilizado	45.734	51.158
• Outros	6.254	2.120
Ativo Total	54.904	55.851
Passivo Circulante	9.700	5.953
• Empréstimos, Financiamentos e Arrendamentos	5.606	3.353
• Outros	4.094	2.600
Passivo Não Circulante	6.975	12.962
• Empréstimos, Financiamentos e Arrendamentos	5.613	9.313
• Outros	1.362	3.649
Patrimônio Líquido	38.229	36.936
Passivo Total	54.904	55.851
Demonstração do Resultado - CS Bioenergia S.A.	30/09/2022	30/09/2021
Receita Bruta	12.391	10.051
(-) Custos dos Serviços	(14.506)	(12.664)
Resultado Bruto	(2.115)	(2.613)
(-) Despesas Operacionais	(2.517)	(2.104)
Resultado antes do Resultado Financeiro e Tributos	(4.632)	(4.717)
(-) Resultado Financeiro	(926)	(1.129)
Resultado Antes dos Tributos	(5.558)	(5.846)
IRPJ e CSLL	-	-
Prejuízo do Período	(5.558)	(5.846)

A movimentação do investimento no período é a seguinte:

Descrição	30/09/2022	31/12/2021
Saldo no início do período	-	-
Aportes Financeiros	2.741	1.046
Resultado de Equivalência Patrimonial (percentual de participação de 40%)	(2.223)	(2.958)
Teste de Recuperabilidade de Ativos (<i>Impairment Test</i>) - (Constituição) /Reversão	2.223	1.912
Saldo no final do período	2.741	-

Análise do Valor Recuperável do Investimento na CS Bioenergia S.A.

Em decorrência do atraso na conclusão e início da operação da planta da CS Bioenergia S.A., conforme preconizam o CPC 18 (R2) – Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto e CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, a Administração da Sanepar efetuou ao final de 2021 o teste de recuperabilidade (*“impairment test”*) deste investimento, considerando o histórico de prejuízos e que os fluxos de caixas futuros apresentam resultados negativos, para o período analisado de 5 anos, concluiu que o investimento não possui valor recuperável. Desta forma, foi registrado no resultado da Companhia o impacto do *Impairment Test* do investimento na CS Bioenergia, sendo este valor ajustado com o reconhecimento da equivalência patrimonial do período.

Outros Investimentos

A Companhia possui cotas de investimento no FINAM (Fundo de Investimento da Amazônia), enquadrado no nível I decorrentes de aplicação de Incentivo Fiscal do Imposto de Renda no montante de R\$2.201 e outros investimentos sobre os quais não exerce influência significativa no montante de R\$320, sem prazo de vencimento e não possuem caráter de conversibilidade imediata, os quais trazidos a valor justo considerando a cotação do dia 30/09/2022 equivalem a R\$1.936.

13. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

a) Imobilizado

Apresenta a seguinte composição:

Por Contas			30/09/2022	31/12/2021
Descrição	Custo	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	
Bens de Uso Administrativo	377.792	(158.179)	219.613	224.376
Outras Imobilizações	2.526	(1.996)	530	1.351
Direito de Uso em Arrendamento	162.008	(80.025)	81.983	86.952
Totais	542.326	(240.200)	302.126	312.679

Por Natureza				30/09/2022	31/12/2021
Descrição	Taxa de Depreciação Anual	Custo	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	
Terrenos	-	2.922	-	2.922	2.922
Construções Cíveis	*1,84%	117.524	(23.062)	94.462	94.637
Benfeitorias	*2%	2.746	(871)	1.875	1.784
Instalações	*5,83%	9.827	(4.046)	5.781	6.196
Equipamentos	*6,23%	98.961	(39.386)	59.575	58.989
Móveis e Utensílios	*7,14%	52.645	(24.408)	28.237	28.962
Equipamentos de Informática	*19,82%	41.357	(27.668)	13.689	15.656
Veículos	*13,05%	28.300	(18.986)	9.314	11.073
Máquinas, Tratores e Similares	*19,35%	24.326	(21.083)	3.243	4.050
Ferramentas	*6,67%	1.616	(665)	951	966
Bens Patrimoniais a Incorporar	-	94	-	94	492
Direito de Uso em Arrendamento	*29,78%	162.008	(80.025)	81.983	86.952
Totais		542.326	(240.200)	302.126	312.679

* Taxa Média Ponderada

b) Intangível

Apresenta a seguinte composição:

Por Contas			30/09/2022	31/12/2021
Descrição	Custo	Amortização Acumulada	Valor Líquido	
Sistemas de Água	5.866.850	(1.971.929)	3.894.921	3.822.569
Sistemas de Esgoto	6.117.478	(1.612.474)	4.505.004	4.355.429
Resíduos Sólidos	4.701	(4.701)	-	-
Direitos de Uso e Operação de Sistemas	125.114	(76.989)	48.125	49.531
Outros Ativos Intangíveis	248.059	(94.715)	153.344	129.152
Direito de Uso em Arrendamento	199.847	(21.272)	178.575	182.180
Totais	12.562.049	(3.782.080)	8.779.969	8.538.861

Por Natureza				30/09/2022	31/12/2021
Descrição	Taxa de Amortização Anual	Custo	Amortização Acumulada	Valor Líquido	
Terrenos	-	258.727	-	258.727	222.277
Poços	*3,10%	171.624	(43.060)	128.564	125.670
Barragens	*2,67%	148.524	(65.928)	82.596	84.074
Construções Cíveis	*2,59%	2.839.459	(715.624)	2.123.835	2.036.999
Benfeitorias	*2,67%	44.704	(6.296)	38.408	32.411
Tubulações	*2,64%	6.185.595	(1.749.292)	4.436.303	4.382.330
Ligações Prediais	*3,33%	936.051	(309.103)	626.948	608.294
Instalações	*5,83%	229.239	(99.257)	129.982	127.169
Hidrômetros	*10%	284.583	(113.789)	170.794	161.625
Macromedidores	*10%	7.443	(5.236)	2.207	2.307
Equipamentos	*6,23%	837.796	(366.692)	471.104	447.172
Móveis e Utensílios	*7,14%	7.555	(4.272)	3.283	2.756
Equipamento de Informática	*19,82%	91.901	(86.007)	5.894	6.390
Programas de Informática	*20%	102.964	(54.102)	48.862	40.175
Veículos	*13,05%	23.172	(14.985)	8.187	6.275
Máquinas, Tratores e Similares	*19,35%	26.169	(23.824)	2.345	3.495
Ferramentas	*6,67%	361	(249)	112	75
Direitos de Uso e Linhas de Transmissão	*6,25%	4.521	(392)	4.129	4.337
Proteção e Preservação Ambiental	*20%	35.014	(25.711)	9.303	9.225
Concessão do Município de Curitiba (1)	*1,5%	125.000	(76.875)	48.125	49.531
Concessão do Município de Cianorte (2)	*5%	114	(114)	-	-
Bens Patrimoniais a Incorporar	-	1.686	-	1.686	4.094
Direito de Uso em Arrendamento	*15,22%	199.847	(21.272)	178.575	182.180
Totais		12.562.049	(3.782.080)	8.779.969	8.538.861

* Taxa Média Ponderada

- (1) Direito de outorga do contrato de concessão onerosa assinado em 6 de dezembro de 2001 e cuja concessão foi antecipadamente renovada em 5 de junho de 2018 mediante assinatura do contrato de programa em consonância com a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, e demais atos legais pertinentes;
- (2) Direito de outorga do contrato de concessão onerosa com a Prefeitura Municipal de Cianorte, assinado em 07 de março de 2002, para operação dos serviços públicos de coleta, tratamento e disposição final de resíduos sólidos, pelo prazo de 20 anos.

Arrendamentos:

A Companhia possui contratos de Arrendamentos, com as seguintes características:

(i) contrato de locação de ativos avaliado em R\$199,3 milhões decorrentes da ampliação do sistema de esgotamento sanitário dos municípios de Matinhos e Pontal do Paraná, pelo prazo de 240 (duzentos e quarenta) meses, cujo pagamento iniciou em fevereiro de 2017, com transferência substancial dos riscos e benefícios dos ativos os quais serão de propriedade da Companhia ao final do contrato; e

(ii) contratos de locação de veículos, bens móveis e imóveis, em que os riscos e benefícios da utilização dos bens permanecem com o arrendador. Estes contratos não ultrapassam o prazo de 5 anos.

As obrigações decorrentes destes contratos estão demonstradas na Nota Explicativa 14.

Em 30 de setembro de 2022 o valor contábil para cada categoria de ativos sob compromisso de Arrendamento registrado no Ativo Imobilizado e Intangível está demonstrado a seguir:

Por Contas				30/09/2022	31/12/2021
Descrição	Taxa de Amortização Anual	Custo	Amortização Acumulada	Valor Líquido	
Construções Cíveis	1,67%	37.434	(3.295)	34.139	34.609
Tubulações	2,00%	147.315	(14.289)	133.026	135.235
Ligações Prediais	3,33%	8.226	(1.361)	6.865	7.070
Instalações	6,67%	309	(108)	201	216
Equipamentos	6,00%	6.013	(1.922)	4.091	4.364
Arrendamento - Litoral		199.297	(20.975)	178.322	181.494
Veículos	31,58%	56.933	(39.214)	17.719	24.779
Construções Cíveis	15,54%	43.408	(12.170)	31.238	34.323
Equipamentos	32,24%	218	(128)	90	127
Equipamentos de Informática	27,16%	61.999	(28.810)	33.189	28.409
Arrendamento - Direito de Uso		162.558	(80.322)	82.236	87.638
Totais		361.855	(101.297)	260.558	269.132
Imobilizado		162.008	(80.025)	81.983	86.952
Intangível		199.847	(21.272)	178.575	182.180

A Companhia registrou no resultado o montante de R\$4.477 referente a contratos de arrendamentos de baixo valor e de curto prazo (inferiores a 12 meses).

Os Ativos decorrentes de contratos de arrendamentos apresentam a seguinte movimentação:

Ativo	31/12/2021	Entradas	Amortizações	30/09/2022
Arrendamento - Litoral	181.494	-	(3.172)	178.322
Veículos	24.779	10.921	(17.981)	17.719
Construções Cíveis	34.323	3.676	(6.761)	31.238
Equipamentos	127	34	(71)	90
Equipamentos de Informática	28.409	15.420	(10.640)	33.189
Saldo	269.132	30.051	(38.625)	260.558

c) Movimentação do Imobilizado e Intangível no período findo em 30 de setembro de 2022:

Descrição	31/12/2021	Adições	Depreciações e Amortizações	Baixas e Perdas	Transferência de Obras	Transferências	30/09/2022
Imobilizado							
Terrenos	2.922	-	-	-	-	-	2.922
Construções Cíveis	94.637	346	(1.768)	-	1.208	39	94.462
Benfeitorias	1.784	85	(39)	-	45	-	1.875
Instalações	6.196	-	(415)	-	-	-	5.781
Equipamentos	58.989	4.755	(4.106)	(63)	-	-	59.575
Móveis e Utensílios	28.962	2.948	(2.405)	(1.268)	-	-	28.237
Equipamentos de Informática	15.656	1.412	(3.090)	(289)	-	-	13.689
Veículos	11.073	-	(1.759)	-	-	-	9.314
Máquinas, Tratores e Similares	4.050	364	(1.171)	-	-	-	3.243
Ferramentas	966	54	(69)	-	-	-	951
Bens Patrimoniais a Incorporar	492	(398)	-	-	-	-	94
Direito de Uso em Arrendamento	86.952	30.096	(35.260)	-	-	195	81.983
Totais Imobilizado	312.679	39.662	(50.082)	(1.620)	1.253	234	302.126
Intangível							
Terrenos	222.277	5.660	-	-	30.790	-	258.727
Poços	125.670	47	(1.596)	(2.363)	6.810	(4)	128.564
Barragens	84.074	104	(2.425)	-	1.130	(287)	82.596
Construções Cíveis	2.036.999	1.522	(52.754)	-	159.086	(21.018)	2.123.835
Benfeitorias	32.411	189	(871)	-	7.732	(1.053)	38.408
Tubulações	4.382.330	23.046	(114.463)	(48)	168.399	(22.961)	4.436.303
Ligações Prediais	608.294	211	(21.872)	(341)	42.470	(1.814)	626.948
Instalações	127.169	513	(10.094)	(984)	13.378	-	129.982
Hidrômetros	161.625	-	(19.413)	(2.703)	31.285	-	170.794
Macromedidores	2.307	11	(298)	-	187	-	2.207
Equipamentos	447.172	37.893	(25.764)	(4.168)	15.976	(5)	471.104
Móveis e Utensílios	2.756	542	(239)	(82)	301	5	3.283
Equipamentos de Informática	6.390	27	(901)	(18)	396	-	5.894
Programas de Informática	40.175	18.654	(9.912)	(55)	-	-	48.862
Veículos	6.275	2.860	(948)	-	-	-	8.187
Máquinas, Tratores e Similares	3.495	11	(1.161)	-	-	-	2.345
Ferramentas	75	46	(9)	-	-	-	112
Direitos de Uso e Linhas de Transmissão	4.337	-	(208)	-	-	-	4.129
Proteção e Preservação Ambiental	9.225	-	(1.621)	-	1.688	11	9.303
Concessão do Município de Curitiba	49.531	-	(1.406)	-	-	-	48.125
Bens Patrimoniais a Incorporar	4.094	(2.408)	-	-	-	-	1.686
Direito de Uso em Arrendamento	182.180	(45)	(3.365)	-	-	(195)	178.575
Total Intangível	8.538.861	88.883	(269.320)	(10.762)	479.628	(47.321)	8.779.969
Total Geral	8.851.540	128.545	(319.402)	(12.382)	(a) 480.881	(b) (47.087)	9.082.095

a) Valor transferido da conta Ativo de Contrato (nota explicativa 11);

b) Valor transferido para a conta de Ativos Financeiros Contratuais, referente à expectativa de valor residual a receber ao final dos contratos de programas, líquido do Ajuste a Valor Presente do período (nota explicativa 10).

14. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS, DEBÊNTURES E ARRENDAMENTOS

a) A composição de empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamentos é a seguinte:

Descrição	Taxa de Juros Anual	Indexador	30/09/2022			31/12/2021		
			Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Em Reais:								
Cédula de Crédito Bancário - CCB	DI + 2,75%	-	-	-	-	66.632	-	66.632
Debêntures 8ª Emissão - 2ª Série	108,00% do DI	-	161.096	-	161.096	401	154.967	155.368
BNDES	TJLP + 1,82%	-	2.573	-	2.573	7.687	638	8.325
Banco do Brasil - PSI	3,00% a 6,00%	-	2.577	554	3.131	3.379	2.283	5.662
Debêntures 2ª Emissão - 1ª Série	TJLP + 1,92%	-	12.353	12.274	24.627	12.323	21.384	33.707
Debêntures 2ª Emissão - 2ª Série	9,19%	IPCA	22.911	22.736	45.647	23.479	43.539	67.018
Debêntures 2ª Emissão - 3ª Série	TJLP + 1,92%	-	16.470	16.366	32.836	16.431	28.511	44.942
Debêntures 9ª Emissão - 1ª Série	106,05% do DI	-	8.246	199.129	207.375	999	199.106	200.105
Banco Itaú - PSI	3,00% a 6,00%	-	3.345	2.054	5.399	3.559	4.502	8.061
Debêntures 12ª Emissão - 1ª Série	DI + 1,08%	-	7.845	296.237	304.082	-	-	-
Debêntures 9ª Emissão - 2ª Série	107,25% do DI	-	6.325	150.805	157.130	772	150.793	151.565
Debêntures 11ª Emissão - 1ª Série	DI + 1,65%	-	171	128.427	128.598	2.698	127.939	130.637
Debêntures 4ª Emissão - 1ª Série	TJLP + 1,67%	-	24.332	91.889	116.221	24.267	109.371	133.638
Debêntures 4ª Emissão - 2ª Série	7,44%	IPCA	16.111	60.834	76.945	15.486	69.643	85.129
Debêntures 10ª Emissão - Série Única	4,66%	IPCA	-	412.498	412.498	4.053	394.250	398.303
Debêntures 11ª Emissão - 2ª Série	4,25%	IPCA	-	231.899	231.899	2.121	221.616	223.737
BNDES - PAC2	TJLP + 1,67% a 2,05%	-	55.781	221.429	277.210	51.263	239.099	290.362
Arrendamento Litoral	11,14%	IPC-FIPE	13.963	306.393	320.356	11.652	284.360	296.012
Arrendamento Direito Uso	4,89%	-	56.242	50.941	107.183	59.274	49.725	108.999
Debêntures 11ª Emissão - 3ª Série	4,49%	IPCA	-	179.878	179.878	1.870	171.852	173.722
Debêntures 12ª Emissão - 2ª Série	5,89%	IPCA	3.276	306.430	309.706	-	-	-
Debêntures 7ª Emissão - 1ª Série *	5,20%	IPCA	2.672	40.273	42.945	2.988	42.267	45.255
Debêntures 7ª Emissão - 2ª Série *	4,79%	IPCA	4.359	65.789	70.148	4.869	69.052	73.921
Debêntures 7ª Emissão - 3ª Série	6,97%	IPCA	1.455	21.067	22.522	1.402	21.164	22.566
Debêntures 7ª Emissão - 4ª Série	6,57%	IPCA	2.345	34.034	36.379	2.259	34.192	36.451
BNDES - AVANÇAR	3,58% a 4,00%	IPCA	662	47.818	48.480	175	27.864	28.039
Caixa Econômica Federal	6,62% a 12,00%	TR	88.284	1.480.998	1.569.282	75.698	1.244.768	1.320.466
Total em Reais			513.394	4.380.752	4.894.146	395.737	3.712.885	4.108.622
Em Moeda Estrangeira:								
Banco KfW	1,35%	EURO	15.097	-	15.097	11.943	-	11.943
Total em Moeda Estrangeira			15.097	-	15.097	11.943	-	11.943
Saldo no Final do Exercício			528.491	4.380.752	4.909.243	407.680	3.712.885	4.120.565

Empréstimos e Financiamentos	168.319	1.752.853	1.921.172	220.336	1.519.154	1.739.490
Debêntures	289.967	2.270.565	2.560.532	116.418	1.859.646	1.976.064
Arrendamentos	70.205	357.334	427.539	70.926	334.085	405.011

* IPCA como componente variável da TLP

Dívida em Moeda Estrangeira:

Em 11 de dezembro de 2017 a Companhia assinou contrato de Empréstimo com o Banco KfW no valor de €50 milhões, com bonificação de juros fornecidos pela República Federativa da Alemanha para projetos que atendam aos critérios de elegibilidade da política de desenvolvimento conforme termos que cumprem os requisitos da OCDE - Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico para o reconhecimento como Assistência Oficial ao Desenvolvimento. A primeira liberação de recursos ocorreu em agosto de 2019.

A Companhia usará o Empréstimo exclusivamente para financiar o programa DKTl de promoção da tecnologia de biogás que favorecem o clima no Estado do Paraná referente: (i) reabilitação, ampliação e construção de sistemas e estações de tratamento de esgoto; (ii) coleta, tratamento, disposição e utilização de biogás oriundo de estações de tratamento de esgoto; (iii) tratamento de lodo; (iv) equipamentos e acessórios; e (v) serviços de consultoria.

A Companhia irá promover a execução das atividades previstas contratualmente e o Banco KfW desembolsará os valores até 30/06/2023. Semestralmente será devido o pagamento de taxa de compromisso de 0,25% a.a. sobre o montante ainda não desembolsado e juros de 1,35% a.a. sobre o montante desembolsado. A dívida será amortizada em 21 pagamentos semestrais, contados a partir de 30 de dezembro de 2022.

Durante todo o prazo de vigência do contrato a Companhia deverá cumprir os *convenants* conforme item “f” desta Nota Explicativa.

A Companhia contratou instrumentos financeiros derivativos de proteção (hedge) junto ao Banco Bradesco S/A, Banco Santander Brasil S/A e Itaú Unibanco S/A, os quais foram assinados em 06/11/2017, 07/12/2017 e 22/01/2018 respectivamente, para mitigar o risco cambial, assumindo como contrapartida uma variação do CDI, conforme descrito na Nota Explicativa 4.1. Até a data de 30 de setembro de 2022 houve liberação de €2.979 mil pelo Banco KfW, sendo realizadas operações de Swap para proteção da taxa de juros e variação cambial, sem caráter especulativo, convertendo os encargos financeiros para 121,90% do CDI (média ponderada), o que representa o percentual de 13,32% para uma taxa de 10,93 % do CDI.

Arrendamentos:

As obrigações decorrentes de Arrendamentos são alocadas a encargos financeiros e redução do passivo correspondente, refletindo em uma taxa de juros periódica e constante sobre o saldo remanescente do passivo. Os passivos de Arrendamentos possuem as seguintes características:

(i) O contrato de locação de ativos decorrentes da ampliação do sistema de esgotamento sanitário dos municípios de Matinhos e Pontal do Paraná (Arrendamento – Litoral), prevê atualização monetária anual do saldo devedor atrelado ao IPC-FIPE durante a vigência do contrato. A taxa de desconto aplicada no reconhecimento inicial deste contrato foi realizada no período em que ocorreram as entregas das etapas contratuais, sendo a taxa média ponderada de 11,1%; e

(ii) Os contratos de locação de veículos, bens móveis e imóveis (Arrendamento – Direito de Uso), não possuem prazo contratual superior a 5 anos. A taxa de empréstimo incremental (média ponderada) aplicada aos passivos destes arrendamentos varia de acordo com período em que são assinados, momento em que é realizado o respectivo registro contábil inicial. Em 1º de janeiro de 2019 a taxa média ponderada de desconto aplicada aos contratos foi de 6,88%. Em 31 de dezembro de 2019, a taxa média ponderada de desconto aplicada no reconhecimento destes contratos foi de 6,76%, em 31 de dezembro de 2020 foi de 6,12%, em 31 de dezembro de 2021 foi de 4,77% e em 30 de setembro de 2022 foi de 4,97%. A Companhia não tem pagamentos de aluguel variável nos seus contratos de arrendamento, também não tem operação de venda e transação de “*leaseback*” de ativos.

O passivo de arrendamentos reconhecido contabilmente pela Companhia está bruto de PIS/COFINS, e apresenta a seguinte movimentação:

Passivo	31/12/2021	Entradas	Atualização Monetária	Encargos Financeiros	Pagamentos	30/09/2022
Arrendamento - Litoral	296.012	-	30.868	23.720	(30.244)	320.356
Arrendamento - Direito de Uso	108.999	30.051	-	2.016	(33.883)	107.183
Totais	405.011	30.051	30.868	25.736	(64.127)	427.539
Circulante	70.926					70.205
Não Circulante	334.085					357.334

Em 30 de setembro de 2022 o valor presente das obrigações financeiras futuras mínimas referente ao Arrendamentos está demonstrado a seguir:

			30/09/2022	31/12/2021
Descrição	Pagamentos Futuros Mínimos	Encargos Financeiros	Valor Presente dos Pagamentos Futuros	Valor Presente dos Pagamentos Futuros
Arrendamento - Litoral				
Menos de um ano	44.422	(30.459)	13.963	11.652
Mais de um ano e menos de cinco anos	178.616	(119.965)	58.651	49.150
Acima de cinco anos	383.179	(135.437)	247.742	235.210
Subtotal	606.217	(285.861)	320.356	296.012
Arrendamento - Direito de Uso				
Menos de um ano	60.458	(4.216)	56.242	59.274
Mais de um ano e menos de cinco anos	55.036	(4.095)	50.941	49.725
Subtotal	115.494	(8.311)	107.183	108.999
Totais	721.711	(294.172)	427.539	405.011

O passivo dos arrendamentos de direito de uso e litoral foi mensurado considerando a taxa de desconto de empréstimo incremental, com a incorporação de inflação projetada, e apresenta a seguinte composição:

Descrição	30/09/2022
Arrendamento - Litoral	393.856
Veículos	19.367
Bens Móveis	43.568
Bens Imóveis	41.778
Total	498.569

A seguir apresentamos os fluxos de pagamentos futuros, considerando o juro incremental e inflação projetada até o vencimento dos contratos, por natureza de arrendamento, em relação aos compromissos dos arrendamentos de direito de uso e litoral:

Descrição	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028 a 2036	Total
Arrendamento - Litoral	14.885	45.584	47.570	49.134	50.608	52.127	498.235	758.143
Veículos	6.193	10.236	4.099	-	-	-	-	20.528
Bens Móveis	5.578	16.906	10.006	9.541	4.611	36	-	46.678
Bens Imóveis	2.068	8.869	9.218	9.799	10.814	8.844	-	49.612
Total	28.724	81.595	70.893	68.474	66.033	61.007	498.235	874.961

A composição dos empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamentos da Companhia expressos em reais sujeitos à taxa de juros variável e fixa estão apresentados abaixo:

Indexador	30/09/2022	31/12/2021
TR	1.569.282	1.320.466
TJLP	453.467	510.974
IPCA	1.477.047	1.154.141
DI	958.281	704.307
IPC-FIPE	320.356	296.012
EURO	15.097	11.943
Sem Correção Monetária	115.713	122.722
Totais	4.909.243	4.120.565

b) Descritivos dos empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamentos:

Descrição	Período de Emissão	Vencimento Final	Valor Contratado	Quantidade Debêntures	Pagamentos	
					Amortizações	Juros
Debêntures 8ª Emissão - 2ª Série	2018	2023	155.000	15.500	2023	Semestral
BNDES - 1 Contrato	2007	2023	81.357	-	Mensal	Trimestral na carência e mensal na amortização
Debêntures 9ª Emissão - 1ª Série	2019	2024	199.150	19.915	2024	Semestral
Banco do Brasil - PSI - 11 Contratos	2013 a 2014	2024	30.793	-	Mensal	Trimestral na carência e mensal na amortização
Debêntures 2ª Emissão - 1ª e 3ª Séries	2011	2024	261.304	7.000	Mensal	Trimestral na carência e mensal na amortização
Debêntures 2ª Emissão - 2ª Série	2011	2024	118.547	3.000	Anual	Anual
Banco Itaú - PSI - 13 Contratos	2013 a 2014	2025	33.175	-	Mensal	Trimestral na carência e mensal na amortização
Debêntures 9ª Emissão - 2ª Série	2019	2026	150.850	15.085	2026	Semestral
Debêntures 11ª Emissão - 1ª Série	2021	2026	130.000	130.000	2025/2026	Semestral
Arrendamento - Direito de Uso	2017 a 2022	2022 a 2027	127.821	-	Mensal	Mensal
Debêntures 4ª Emissão - 1ª Série	2014	2027	223.716	7.000	Mensal	Trimestral na carência e mensal na amortização
Debêntures 4ª Emissão - 2ª Série	2014	2027	95.590	3.000	Mensal	Trimestral na carência e mensal na amortização
Debêntures 10ª Emissão - Série Única	2020	2027	350.000	35.000	2027	Semestral
Debêntures 12ª Emissão - 1ª Série	2022	2027	300.000	300.000	2027	Semestral
BNDES - PAC2 - 4 Contratos	2011 a 2014	2029	629.594	-	Mensal	Trimestral na carência e mensal na amortização
Debêntures 11ª Emissão - 2ª Série	2021	2029	208.300	208.300	2029	Semestral
Debêntures 11ª Emissão - 3ª Série	2021	2031	161.700	161.700	2031	Semestral
Banco KfW (Euro)	2017	2032	50.000	-	Semestral	Semestral
Debêntures 12ª Emissão - 2ª Série	2022	2032	300.000	300.000	2032	Semestral
Arrendamento - Litoral	2013	2036	460.592	-	Mensal	Mensal
Debêntures 7ª Emissão - 1ª Série	2018	2038	47.279	19.733	Mensal	Trimestral na carência e mensal na amortização
Debêntures 7ª Emissão - 2ª Série	2018	2038	120.437	50.267	Mensal	Trimestral na carência e mensal na amortização
Debêntures 7ª Emissão - 3ª Série	2018	2038	20.263	8.457	Mensal	Trimestral na carência e mensal na amortização
Debêntures 7ª Emissão - 4ª Série	2018	2038	51.616	21.543	Mensal	Trimestral na carência e mensal na amortização
BNDES - AVANÇAR	2020 a 2021	2041	566.433	-	Mensal	Trimestral na carência e mensal na amortização
Caixa Econômica Federal - 284 Contratos	2003 a 2018	2046	3.132.746	-	Mensal	Mensal

c) O cronograma de amortização é o seguinte:

Descrição	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029
Debêntures 2ª Emissão	7.517	51.377	44.216	-	-	-	-	-
Debêntures 4ª Emissão	10.560	39.844	39.844	39.844	39.844	23.230	-	-
Debêntures 7ª Emissão	2.852	10.635	10.626	10.626	10.626	10.626	10.626	10.626
Debêntures 8ª Emissão	6.128	154.968	-	-	-	-	-	-
Debêntures 9ª Emissão	14.571	-	199.129	-	150.805	-	-	-
Debêntures 10ª Emissão	-	-	-	-	-	412.498	-	-
Debêntures 11ª Emissão	171	-	-	64.214	64.214	-	-	231.899
Debêntures 12ª Emissão	11.122	-	-	-	148.118	148.118	-	-
Subtotais Debêntures	52.921	256.824	293.815	114.684	413.607	594.472	10.626	242.525
BNDES	1.932	641	-	-	-	-	-	-
BNDES - PAC2	14.593	54.917	54.917	54.917	46.022	27.109	22.521	2.214
BNDES - AVANÇAR	404	896	1.725	2.729	2.833	2.833	2.833	2.833
Banco do Brasil - PSI	848	2.093	190	-	-	-	-	-
Banco Itaú - PSI	897	3.056	1.420	26	-	-	-	-
Caixa Econômica Federal	24.834	85.245	90.538	96.161	102.353	108.315	113.867	113.728
Banco KfW	15.097	-	-	-	-	-	-	-
Subtotais Empréstimos e Financiamentos	58.605	146.848	148.790	153.833	151.208	138.257	139.221	118.775
Arrendamento - Litoral	6.399	11.660	12.862	14.203	15.700	17.374	19.247	21.343
Arrendamento - Direito de Uso	34.504	27.390	20.147	15.019	8.787	1.336	-	-
Subtotais Arrendamentos	40.903	39.050	33.009	29.222	24.487	18.710	19.247	21.343
Totais	152.429	442.722	475.614	297.739	589.302	751.439	169.094	382.643

Descrição	2030	2031	2032	2033	2034	2035	2036 a 2046	Total
Debêntures 2ª Emissão	-	-	-	-	-	-	-	103.110
Debêntures 4ª Emissão	-	-	-	-	-	-	-	193.166
Debêntures 7ª Emissão	10.626	10.626	10.626	10.626	10.626	10.626	30.995	171.994
Debêntures 8ª Emissão	-	-	-	-	-	-	-	161.096
Debêntures 9ª Emissão	-	-	-	-	-	-	-	364.505
Debêntures 10ª Emissão	-	-	-	-	-	-	-	412.498
Debêntures 11ª Emissão	-	179.877	-	-	-	-	-	540.375
Debêntures 12ª Emissão	-	-	306.430	-	-	-	-	613.788
Subtotais Debêntures	10.626	190.503	317.056	10.626	10.626	10.626	30.995	2.560.532
BNDES	-	-	-	-	-	-	-	2.573
BNDES - PAC2	-	-	-	-	-	-	-	277.210
BNDES - AVANÇAR	2.833	2.833	2.833	2.833	2.833	2.833	14.396	48.480
Banco do Brasil - PSI	-	-	-	-	-	-	-	3.131
Banco Itaú - PSI	-	-	-	-	-	-	-	5.399
Caixa Econômica Federal	109.441	102.593	75.902	74.388	67.832	70.484	333.601	1.569.282
Banco KfW	-	-	-	-	-	-	-	15.097
Subtotais Empréstimos e Financiamentos	112.274	105.426	78.735	77.221	70.665	73.317	347.997	1.921.172
Arrendamento - Litoral	23.692	26.326	29.280	32.596	36.322	37.435	15.917	320.356
Arrendamento - Direito de Uso	-	-	-	-	-	-	-	107.183
Subtotais Arrendamentos	23.692	26.326	29.280	32.596	36.322	37.435	15.917	427.539
Totais	146.592	322.255	425.071	120.443	117.613	121.378	394.909	4.909.243

d) Os empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamentos apresentam a seguinte movimentação:

Descrição	30/09/2022		31/12/2021	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Saldos no início do período	407.680	3.712.885	521.505	3.126.083
Liberações	4.918	935.536	-	799.220
Juros e Taxas sobre Financiamentos	264.384	-	240.071	-
Variações Monetárias sobre Financiamentos	-	75.630	-	95.551
Transferências	366.042	(366.042)	327.114	(327.114)
Amortizações	(567.877)	-	(779.006)	-
Custo na Captação de Recursos de Terceiros	(573)	(8.125)	(1.082)	(7.162)
Variações Cambiais	(1.870)	-	-	(165)
Juros e Atualizações Monetárias Arrendamentos	25.736	30.868	29.554	26.472
Arrendamentos	30.051	-	69.524	-
Saldos no final do período	528.491	4.380.752	407.680	3.712.885

e) Os Principais eventos no período foram os seguintes:

Até o 3º trimestre de 2022 a Companhia obteve e amortizou recursos de terceiros, conforme demonstrado a seguir:

Indexador	Liberações	Amortizações
Debêntures 2ª Emissão	-	(54.472)
Debêntures 4ª Emissão	-	(41.287)
Debêntures 7ª Emissão	-	(22.680)
Debêntures 8ª Emissão	-	(8.946)
Debêntures 9ª Emissão	-	(19.800)
Debêntures 10ª Emissão	-	(19.002)
Debêntures 11ª Emissão	-	(33.447)
Debêntures 12ª Emissão (1)	600.000	(23.531)
BNDES	-	(6.083)
BNDES - PAC2	26.428	(57.133)
BNDES - AVANÇAR2	20.000	(892)
Banco do Brasil - PSI	-	(2.662)
Banco Itaú - PSI	-	(2.914)
Cédula de Crédito Bancário - CCB	-	(69.123)
Caixa Econômica Federal	289.108	(141.696)
Banco KfW	4.918	(82)
Subtotal	940.454	(503.750)
Arrendamentos (2)	30.051	(64.127)
Totais	970.505	(567.877)

(1) Em fevereiro de 2022 a Companhia realizou captação no mercado de capitais, de R\$600.000 para complementação do plano de investimentos, dividido em duas séries de R\$300.000 cada, sendo a primeira série institucional e a segunda série incentivada. A primeira série tem vencimento final de 5 anos, com repactuação após 30 meses, contado da data de emissão das debêntures, que ocorreram em 15/01/2022. A segunda série tem o vencimento em 10 anos;

(2) Liberações representam direito de uso (sem impacto no caixa e equivalentes de caixa).

f) Cláusulas Contratuais Restritivas – Covenants (Informações não auditadas e não revisadas pelos auditores independentes)

Os *covenants* e as cláusulas restritivas vinculadas aos empréstimos, financiamentos e debêntures estão demonstrados a seguir:

(i) Covenants de contratos do BNDES, e das 2ª, 4ª e 7ª Emissão de Debêntures

Índice	Limite	Faixa
EBITDA / Serviço da Dívida	Igual ou superior a 1,5	Inferior a 1,5 e igual ou maior que 1,2
Dívida Bancária Líquida / EBITDA	Igual ou inferior a 3,0	Igual ou inferior a 3,8 e maior que 3,0
Outras Dívidas Onerosas / EBITDA	Igual ou inferior a 1,0	Igual ou inferior a 1,3 e maior que 1,0

(ii) Covenants dos contratos da 8ª, 9ª, 10ª, 11ª e 12ª Emissão de Debêntures

Índice	Limite
EBITDA ajustado / Despesa Financeira Líquida	Igual ou superior a 1,5
Dívida Bancária Líquida / EBITDA ajustado	Igual ou inferior a 3,0

(iii) Covenants de contratos da Caixa Econômica Federal

Índice	Limite
EBITDA ajustado / Despesa Financeira Líquida	Igual ou superior a 1,5
Dívida Bancária Líquida / EBITDA ajustado	Igual ou inferior a 3,0
Outras Dívidas Onerosas / EBITDA ajustado	Igual ou inferior a 1,0

(iv) Covenants do contrato do Banco KfW

Índice	Limite
EBITDA / Serviço da Dívida	Igual ou superior a 1,5
Dívida Bancária Líquida / EBITDA	Igual ou inferior a 3,0
Outras Dívidas Onerosas / EBITDA	Igual ou inferior a 1,0
Grau de Endividamento	Igual ou inferior a 60%

Para os contratos de financiamentos do BNDES, incluindo o novo contrato denominado “Avançar”, e da 2ª, 4ª e 7ª Emissão de Debêntures, a Companhia deverá manter, durante toda a vigência dos contratos de financiamento os índices limites, apurados trimestralmente e relativos aos valores acumulados nos últimos 12 (doze) meses.

Caso um ou mais de um dos *Covenants* da Companhia apresentem por no mínimo 02 (dois) trimestres, consecutivos ou não, dentro de um período de 12 meses os índices dentro da Faixa acima indicada, o valor mensal relativo à parcela dos direitos cedidos fiduciariamente nos termos da Cláusula “Cessão Fiduciária de Direitos” relativa a cada um dos contratos será automaticamente acrescido de 20% (vinte por cento).

Em relação aos contratos do item (ii), da 8ª, 9ª, 10ª, 11ª e 12ª emissões de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária sendo que as mesmas não conferem qualquer privilégio especial ou geral a seus titulares, a Companhia deverá manter, durante toda a vigência e até o vencimento final os índices apontados acima.

Em relação aos contratos da Caixa Econômica Federal, relacionados à 3ª fase da Instrução Normativa 14 e Instrução Normativa 29, em conformidade com o Item 16.1 da Cláusula Sexta dos referidos contratos, a Companhia deverá manter durante toda a vigência e até o vencimento final os índices apontados acima.

Em relação ao contrato do Banco KfW, conforme item 11.11 do contrato de empréstimo, a Companhia deverá manter durante toda a vigência do contrato os índices estipulados acima.

Em 30 de setembro de 2022, a Companhia atende integralmente as cláusulas restritivas estipuladas quando da emissão das debêntures, financiamentos do BNDES, da Caixa Econômica Federal, do Banco KfW.

15. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES

A composição apresenta os seguintes valores:

Descrição	30/09/2022	31/12/2021
Imposto de Renda a Pagar	34.570	-
Contribuição Social a Pagar	14.092	-
COFINS a Pagar	29.004	29.889
PASEP a Pagar	6.267	6.449
IPTU - Parcelamento	-	125
Impostos e Contribuições Retidos na Fonte	11.266	48.139
Totais dos Impostos e Contribuições	95.199	84.602
Circulante	95.199	84.602

16. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Demonstração da Conciliação das Despesas de Imposto de Renda e Contribuição Social Registradas no Resultado

Descrição	30/09/2022		30/09/2021	
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social
Lucro Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	1.116.406	1.116.406	1.195.350	1.195.350
Imposto de Renda e Contribuição Social - Alíquotas Vigentes	(279.101)	(100.477)	(298.837)	(107.581)
Benefício da Dedutibilidade dos Juros sobre o Capital Próprio	38.552	13.878	37.771	13.598
Programa de Alimentação do Trabalhador - PAT (1)	11.122	-	6.055	-
Incentivo Empresa Cidadã (2)	429	-	469	-
Equivalência Patrimonial	(556)	(200)	(584)	(211)
Outros	429	97	(234)	(148)
Totais das Despesas	(229.125)	(86.702)	(255.360)	(94.342)
Totais do Imposto de Renda e Contribuição Social	(315.827)		(349.702)	
Alíquota Efetiva	28,3%		29,3%	

(1) De acordo com a Lei nº 6.321, de 14/04/1976;

(2) De acordo com o Decreto 7.052, de 23 de dezembro de 2009, que regulamentou a Lei nº 11.770, de 09/09/2008.

b) Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes e Diferidos

A composição no resultado do período apresenta os seguintes valores:

Descrição	30/09/2022	30/09/2021
Imposto de Renda	(277.475)	(274.277)
Contribuição Social	(103.767)	(100.793)
Realização do Imposto de Renda Diferido	48.350	18.917
Realização da Contribuição Social Diferida	17.065	6.451
Totais	(315.827)	(349.702)

Os impactos tributários relativamente ao reconhecimento de ganhos e perdas atuariais no Patrimônio Líquido são divulgados na Demonstração dos Resultados Abrangentes.

c) Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

A composição das bases para imposto de renda e contribuição social diferidos, sobre ativos e passivos com realização futura, é a seguinte:

Descrição	Prazo Estimado de Realização	30/09/2022				31/12/2021
		Base de Cálculo	Imposto de Renda	Contribuição Social	Total	Total
ATIVO						
AVP sobre Ativo Financeiro Contratual	30 anos	1.063.485	265.871	95.714	361.585	342.135
Redução Valor Recuperável Ativos - Resíduos Sólidos	18 anos	9.430	2.357	849	3.206	4.824
Planos de Saúde e Previdência	15 anos	1.220.624	305.156	109.856	415.012	394.440
Arrendamento - Litoral (Ativo)	15 anos	320.356	80.089	28.832	108.921	100.644
Redução ao Valor Recuperável de Ativos	10 anos	4.163	1.041	375	1.416	-
Provisões Cíveis, Trabalhistas, Tributárias e Ambientais	5 anos	710.089	177.522	63.908	241.430	209.312
Arrendamento - Direito de Uso (Ativo)	5 anos	107.183	26.796	9.646	36.442	37.060
AVP de Contas a Receber	5 anos	26.932	6.733	2.424	9.157	5.852
Redução Valor Recuperável Ativos - CS Bionergia	5 anos	12.551	3.138	1.129	4.267	5.023
AVJ - Investimentos Avaliados ao Valor Justo	5 anos	584	146	53	199	167
Provisão para Perdas na Realização de Créditos	3 anos	52.505	13.126	4.725	17.851	18.835
Provisão para Perdas Esperadas com Clientes - CPC 48	3 anos	29.807	7.452	2.682	10.134	7.012
Valor Realizável Líquido de Estoque	3 anos	265	66	24	90	89
Provisão para PPR	1 ano	54.519	13.630	4.907	18.537	27.267
PAI - Programa de Aposentadoria Incentivada	1 ano	154	39	14	53	46
Totais			903.162	325.138	1.228.300	1.152.706
PASSIVO						
AVP sobre Ativo Financeiro Contratual	30 anos	980.479	245.120	88.243	333.363	317.532
Reserva de Reavaliação	26 anos	84.213	21.054	7.579	28.633	30.395
IRPJ Diferido sobre Construções e Benfeitorias	21 anos	106.587	26.647	-	26.647	27.594
Doações de Órgãos Públicos	20 anos	11.616	2.904	1.046	3.950	3.927
Arrendamento - Litoral (Passivo)	15 anos	178.322	44.580	16.049	60.629	61.708
Atribuição Novo Custo ao Imobilizado	13 anos	6.593	1.648	593	2.241	2.296
Arrendamento - Direito de Uso (Passivo)	5 anos	82.236	20.559	7.401	27.960	29.792
Totais			362.512	120.911	483.423	473.244
Total Líquido			540.650	204.227	744.877	679.462

d) Estimativa de realização futura do Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

A composição da estimativa de realização futura do ativo fiscal diferido e passivo fiscal diferido em 30 de setembro de 2022, é a seguinte:

Períodos de Realização	Ativo Fiscal Diferido			Passivo Fiscal Diferido		
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Totais	Imposto de Renda	Contribuição Social	Totais
2022	10.627	3.826	14.453	4.460	1.487	5.947
2023	55.985	20.155	76.140	17.840	5.949	23.789
2024	62.933	22.656	85.589	17.840	5.949	23.789
2025	42.326	15.237	57.563	17.840	5.949	23.789
2026	225.370	81.133	306.503	20.924	7.059	27.983
2027 a 2029	104.889	37.760	142.649	41.186	13.406	54.592
2030 a 2032	105.930	38.135	144.065	41.186	13.406	54.592
2033 a 2035	104.889	37.760	142.649	41.051	13.357	54.408
2036 a 2038	68.219	24.559	92.778	34.525	11.008	45.533
2039 a 2041	26.724	9.621	36.345	31.506	9.920	41.426
2042 a 2044	26.587	9.571	36.158	28.329	9.725	38.054
2045 a 2047	26.587	9.571	36.158	27.014	9.724	36.738
2048 a 2050	26.587	9.571	36.158	24.512	8.824	33.336
2051	15.509	5.583	21.092	14.299	5.148	19.447
Totais	903.162	325.138	1.228.300	362.512	120.911	483.423

17. RECEITAS A APROPRIAR

A Companhia assinou o contrato de cessão para exploração de serviços financeiros com a Caixa Econômica Federal pelo prazo de vigência de 60 (sessenta) meses, com vigência a partir de março/2022, no montante de R\$17.800. A receita correspondente a este contrato é reconhecida mensalmente, pelo prazo do contrato de acordo com o regime de competência. O montante reconhecido no resultado até o 3º trimestre de 2022 foi de R\$2.777 (R\$3.150 no mesmo período de 2021). O saldo em 30 de setembro de 2022 é de R\$15.723 (R\$700 em 31/12/2021), sendo R\$3.560 (R\$700 em 31/12/2021) registrados no passivo circulante e R\$12.163 no passivo não circulante.

18. PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E DEPÓSITOS JUDICIAIS

a) Provisões

A Companhia registra provisões para ações cíveis, trabalhistas, tributárias e ambientais classificadas como perda provável, as quais apresentaram a seguinte movimentação:

Natureza	31/12/2021	Adições	Reversões	Pagamentos	30/09/2022
Ações Trabalhistas (i)	342.444	119.467	(3.421)	(58.106)	400.384
Ações Cíveis (ii)	221.188	30.835	(479)	(1.664)	249.880
Ações Ambientais (iii)	42.324	9.921	(2.970)	(3)	49.272
Ações Tributárias (iv)	7.654	2.899	-	-	10.553
Operação Ductos (v)	2.015	-	(2.015)	-	-
Totais	615.625	163.122	(8.885)	(59.773)	710.089

Principais eventos no período:

Complemento de provisões trabalhistas no montante de R\$36.943, referente ação movida pelo Sindicato dos Engenheiros do Estado do Paraná – SENGE, relativa a diferenças salariais do Plano de Cargos, Carreira e Remuneração; R\$25.877 referente ações trabalhistas cujo objeto é decorrente de equiparações salariais; e R\$56.647 referente a atualização dos valores provisionados de ações trabalhistas devido a decisões judiciais e novas ações registradas no período. Em contrapartida houve redução das provisões trabalhistas (Reversões e Pagamentos) no valor de R\$61.527, em razão do arquivamento e baixa definitiva de processos.

Ação Civil no montante de R\$24.929, referente questionamento sobre a cobrança de tarifa residencial mínima de consumo, movida por 61 condomínios localizados nos municípios de Matinhos e Guaratuba.

Provisionamento de ações de natureza ambiental relacionadas a Autos de Infrações do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e de Recursos Naturais Renováveis - IBAMA no valor de R\$4.263 e do Instituto Água e Terra do Paraná - IAT no valor de R\$2.587.

Considerando os relatórios elaborados pelas comissões designadas pelas Resoluções nº 091/2022 e nº 116/2022 (Operação Ductos), aprovados pelo Conselho de Administração na 12ª Reunião Extraordinária, de 27 de junho de 2022, a Companhia reverteu a provisão de R\$2.015 constituída no 4º trimestre de 2021.

b) Passivos Contingentes

A Companhia baseada na natureza das ações nas quais está envolvida, e suportada por opinião de seus assessores jurídicos divulga seus passivos contingentes para os quais possui expectativa de perda possível, exceto para ações ambientais, para as quais a Companhia divulga as expectativas de perda possível e remota. Para estas ações não foram constituídas provisões para eventuais perdas, conforme estabelece o CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

A posição dos passivos contingentes com expectativa de perda possível para ações trabalhistas, cíveis, ambientais e tributárias, é a seguinte:

Natureza	Passivos Contingentes	
	30/09/2022	31/12/2021
Ações Trabalhistas (i)	91.913	75.798
Ações Cíveis (ii)	486.556	651.934
Ações Ambientais (iii)	338.974	343.023
Ações Tributárias (iv)	27.927	25.051
Totais	945.370	1.095.806

(i) Trabalhistas

As ações trabalhistas estão relacionadas a reclamações movidas, principalmente, por ex-empregados da Companhia e de empresas prestadoras de serviços (responsabilidade subsidiária), reclamando diferenças salariais e encargos trabalhistas. As principais ações que a Companhia se encontra envolvida são referentes à: i) plano de cargos e salários; ii) adicionais de risco, insalubridade e noturno; iii) reintegração funcional; iv) equiparação salarial; v) redução da contribuição patronal ao plano de saúde; vi) multas FGTS 40% e vii) acidente de trabalho.

(ii) Cíveis

As ações cíveis relacionam-se a pedidos de indenizações de clientes, fornecedores e de danos causados a terceiros. As principais ações que a Companhia está envolvida referem-se à: i) ressarcimento de custos incorridos pela substituição de material e ii) outros processos decorrentes de indenização referente à suspensão do contrato, acidentes de trânsito, danos materiais, lucros cessantes, entre outros.

(iii) Ambientais

A Companhia possui diversas ações ambientais, relacionadas a autos de infração emitidos por órgãos ambientais Municipais, Estadual e Federal, motivadas por diferentes não conformidades, apresentadas prioritariamente no processo de esgoto tais como: i) Vazamento e extravasamento de redes coletoras; ii) Deficiências no licenciamento ambiental e outorgas das Estações de Tratamento de Esgoto – ETE; iii) Lançamento de efluentes das estações de tratamento de esgoto em desacordo com os parâmetros exigidos pela legislação; e iv) Destinação incorreta dos resíduos (lodo) decorrentes do tratamento.

Os passivos contingentes ambientais incluem as ações com expectativa de perda remota no montante de R\$159.989 (R\$155.595 em 31 de dezembro de 2021). A informação de processos ambientais com perda remota é condizente com a política contábil da Companhia para fins de divulgação.

Alguns autos de infração estão sendo questionados tanto no âmbito administrativo, junto aos respectivos órgãos, quanto judicialmente.

Em decorrência dos autos de infração lavrados pelo IBAMA, este Órgão Federal ajuizou nos anos de 2014 e 2015, 17 Ações Cíveis Públicas (ACP) que tramitam perante a 11ª Vara Federal de Curitiba. Em 2018, foram firmados 17 Termos de Acordos Judiciais – TAJ nestas Ações Cíveis Públicas, devidamente subscritos pelo Ministério Público Federal, IBAMA e Instituto Água e Terra - IAT e homologados pelo Juízo Federal. Das 258 ETEs, em operação, que compõem o Sistema de Esgotamento Sanitário (SES) da Sanepar, 184 foram abrangidas nestes Termos de Acordo Judicial (TAJ).

Em 2019, o Juízo da 11ª Vara Federal de Curitiba decidiu pelo não cumprimento de dois acordos (ACP 5001669-33.2015.4.04.7015 e ACP 5001739-56.2015.4.04.7013) quanto a uma Cláusula neles prevista que obrigam a Companhia ao pagamento de multa no valor estimado de R\$ 14,6 milhões. O referido valor foi divulgado a época como passivo contingente, com probabilidade de perda "Possível". A Companhia recorreu ao Tribunal Regional Federal da 4ª Região, obtendo liminarmente a suspensão dos efeitos da decisão.

Em abril de 2021 o TRF 4 julgou procedentes os dois recursos da SANEPAR. As decisões transitaram em julgado e o valor de perda foi baixado do passivo.

Após constatar a necessidade de promover ajustes de cronogramas de algumas estações de tratamento de esgoto e elaboração de novas cláusulas dos acordos firmados em 2018, a Companhia, juntamente com o IBAMA, solicitou ao Juízo da 11ª Vara Federal de Curitiba a repactuação dos acordos. Em novembro de 2021, a repactuação não foi homologada judicialmente, razão pela qual a Companhia recorreu. Em julho de 2022 o TRF4 suspendeu a decisão de primeiro grau e determinou a realização de audiência para esclarecimentos.

(iv) Tributárias

As ações tributárias relacionam-se, principalmente, a cobrança de ISSQN (Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza) decorrente de divergências de interpretação da legislação. As principais ações relacionam-se com questionamentos dos municípios de Londrina, Paranaíba, Campina da Lagoa, Campo Mourão, Porecatu, Maringá e Pinhais.

c) Depósitos Judiciais

A Companhia efetuou depósitos judiciais, que serão recuperados somente no caso de julgamento favorável à Companhia.

A composição é a seguinte:

Natureza	Depósitos Judiciais	
	30/09/2022	31/12/2021
Ações Trabalhistas (i)	358.137	286.653
Ações Cíveis (ii)	109.156	97.877
Ações Ambientais	6.031	5.448
Ações Tributárias	24.644	18.615
Totais	497.968	408.593

(i) Até o trimestre de 2022 foram registrados 95 novos depósitos judiciais e atualização das ações trabalhistas movidas pelo Sindicato dos Engenheiros do Estado do Paraná – SENGE, referentes a diferenças salariais do Plano de Cargos, Carreira e Remuneração no montante de R\$ 38.444;

(ii) Até este trimestre de 2022 foram registrados 605 novos depósitos judiciais, principalmente referentes a danos materiais e cobrança indevida de tarifas.

19. PLANO DE APOSENTADORIA E PLANO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA

A Sanepar é patrocinadora da Fundação Sanepar de Previdência e Assistência Social – FUSAN, pessoa jurídica sem fins lucrativos, com a finalidade principal de administrar o plano de aposentadoria que objetiva suplementar os benefícios previdenciários aos empregados da Companhia.

O plano de aposentadoria administrado pela FUSAN tem as seguintes características principais: contribuição definida durante a fase laboral e benefício definido com renda vitalícia para os aposentados, pensionistas e para benefícios de risco (aposentadoria por invalidez, pensão por morte, auxílio-doença e acidente). Neste exercício a Patrocinadora repassou o montante financeiro de R\$26.010 (R\$23.010 no mesmo período de 2021) como contribuição à FUSAN.

As reservas técnicas para fins de atendimento às normas estabelecidas pela Previc – Superintendência Nacional de Previdência Complementar são determinadas pelo atuário responsável pelo plano previdenciário.

A Companhia também é patrocinadora da Fundação Sanepar de Assistência Social, entidade sem fins lucrativos, que têm como atividade principal a administração do plano de saúde destinado aos empregados da Sanepar, ativos e aposentados, denominado SaneSaúde.

O SaneSaúde é um plano coletivo de assistência médica e odontológica, de autogestão, custeado mediante pré-pagamento, sendo as contribuições efetuadas em média 63,0% pela patrocinadora e 37,0% pelos beneficiários ativos e aposentados, por meio de contribuições mensais definidas no regulamento do plano, as quais são determinadas anualmente, com base em cálculos atuariais, que leva em consideração as faixas etárias de cada beneficiário, e a existência de fatores moderadores de utilização dos serviços oferecidos.

A título de contribuição para esta Fundação, a Companhia repassou financeiramente, até o 3º trimestre, o montante de R\$63.732 (R\$58.572 no mesmo período de 2021).

Adicionalmente, para fins de atendimento às determinações, contidas no CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados, aprovado pela Deliberação 110/22 da CVM, foi contratada para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a empresa Mirador Assessoria Atuarial Ltda., que emitiu relatórios detalhados, suportando as informações incluídas, na referida data base.

A seguir está demonstrada a posição atuarial dos passivos relacionados ao plano de aposentadoria e plano de assistência médica em 30 de setembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021:

Descrição	Plano de Aposentadoria	Plano de Assistência Médica	30/09/2022	31/12/2021
Circulante	34.145	47.229	81.374	77.341
Não Circulante	478.034	661.216	1.139.250	1.082.775
Totais	512.179	708.445	1.220.624	1.160.116

A seguir demonstramos a projeção das despesas para o exercício de 2022:

Descrição	Plano de Aposentadoria	Plano de Assistência Médica	2022
Custo do Serviço Corrente	7.077	3.484	10.561
Custo dos Juros	152.998	69.473	222.471
Rendimento Esperado dos Ativos do Plano	(103.269)	-	(103.269)
Contribuições da Patrocinadora/Participantes	(17.752)	(31.334)	(49.086)
Totais	39.054	41.623	80.677

O montante de R\$80.677 foi estimado atuarialmente como variação esperada dos planos para o exercício de 2022, o qual está sendo registrado contabilmente pela Companhia em bases mensais, tendo sido apropriado até o 3º trimestre de 2022 o montante de R\$60.508 (R\$44.151 no mesmo período de 2021). No final do exercício de 2022 será realizada uma nova revisão atuarial que determinará os ajustes contábeis necessários nos planos. Caso ocorram variações anormais nas regras do plano de aposentadoria e de assistência médica no decorrer do exercício, ou mesmo em sua base de participantes, a Companhia poderá realizar revisões atuariais intermediárias, o que não ocorreu até o momento.

20. PARTES RELACIONADAS

a) Saldos e transações com Partes Relacionadas

As transações decorrentes das operações em ambiente regulado são faturadas de acordo com os critérios e definições estabelecidos pelos agentes reguladores e as demais transações são registradas de acordo com os preços de mercado.

Apresentamos a seguir os saldos e transações com Partes Relacionadas:

Descrição	Ativo		Passivo		Receita		Custo / Despesa	
	30/09/2022	31/12/2021	30/09/2022	31/12/2021	30/09/2022	30/09/2021	30/09/2022	30/09/2021
Estado do Paraná								
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	28.953	61.183	-	-	-	-
Municípios								
Serviços de Resíduos Sólidos	-	-	-	-	9.505	8.823	-	-
Contas a Receber	34.886	34.757	-	-	-	-	-	-
Fundo Municipal de Saneamento e Gestão Ambiental	-	-	31.725	5.905	-	-	109.920	49.718
CS Bioenergia S.A.								
Tratamento de Efluente de Esgoto	1.285	1.187	-	-	240	129	-	-
Aluguel de Imóvel	381	302	-	-	271	245	-	-
Gastos Reembolsáveis Energia Elétrica	55	177	-	-	-	-	394	396
Remoção de Lodo - ETE Belém	-	-	-	-	-	-	10.055	8.501
Locação Usina Minig. Energ. Elétrica	-	-	-	-	-	-	1.403	994
Fundações Sanepar								
Aluguel de Imóvel	-	-	-	-	464	423	-	-
Contribuições Patronais	-	-	-	-	-	-	89.742	81.582
Copel (Controlada pelo Estado do PR)								
Água retirada de Reservatórios de Usinas	-	-	-	-	-	-	485	237
Tecpar								
ISO e plano segurança da água	-	-	14	7	-	-	1.881	527
Celepar								
Sistema e-Protocolo, entre outros	-	-	9	13	-	-	97	26
Investimento em Ação	3	3	-	-	-	-	-	-
Juros a Receber	6	6	-	-	-	-	-	-
Simepar								
Plano segurança hídrica e outros	-	-	-	759	-	-	2.674	1.991
Instalações segurança hídrica	-	3.026	-	-	-	-	-	-
Total	36.616	39.458	60.701	67.867	10.480	9.620	216.651	143.972

b) Remuneração dos Administradores

A remuneração global anual dos administradores para o exercício de 2022 foi aprovada pela 58ª/2022 Assembleia Geral Ordinária (AGO) de 28 de abril de 2022, no montante global de R\$15.054. Para o exercício de 2021 a aprovação se deu pela 57ª/2021 Assembleia Geral Ordinária (AGO) realizada em 22 de abril de 2021, no montante de R\$15.046.

A seguir demonstramos os pagamentos efetuados aos administradores:

Descrição	30/09/2022	30/09/2021
Remuneração	7.498	7.390
Encargos e Benefícios	2.582	2.588
Encargos Sociais	2.395	2.385
Plano de Saúde (Sanesaúde)	69	56
Plano de Previdência (Fusanprev)	95	88
Programas Complementares	23	59
Totais	10.080	9.978

21. OUTRAS CONTAS A PAGAR

A composição apresenta os seguintes valores:

Descrição	30/09/2022	31/12/2021
Contratos e Convênios com Terceiros	23.472	18.907
Convênios com Municípios	19.899	19.412
Cauções e Valores a Reembolsar	12.385	12.380
Parcelamento IBAMA - PRD (1)	6.645	30.558
Fundo Municipal de Saneamento e Gestão Ambiental (2)	31.725	5.905
Outras Contas a Pagar	679	1.444
Totais	94.805	88.606
Circulante	94.126	85.644
Não Circulante	679	2.962

(1) Saldo de R\$3.644 referente a parcelamento de débitos relativos a 31 Autos de Infrações Ambientais junto ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Renováveis – IBAMA, em conformidade com o Programa de Regularização de Débitos Não Tributários – PRD instituído pela Lei nº 13.494/2017. Parcelamentos de diversos Autos de Infrações Ambientais junto ao IBAMA no montante de R\$3.001;

(2) Aumento decorrente da formalização dos Termos de Atualização Contratual com as Microrregiões dos Serviços Públicos de Água e Esgotamento Sanitário do Estado do Paraná.

22. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

O Capital Social, totalmente integralizado, é composto de 1.511.205.519 ações, sem valor nominal, sendo 503.735.259 ações ordinárias e 1.007.470.260 ações preferenciais. Além das ações ordinárias e preferenciais, a Companhia negocia Certificados de Depósitos de Ações ("Units"), sendo cada "Unit" formada por 1 (uma) ação ordinária e 4 (quatro) ações preferenciais.

As ações preferenciais não têm direito a voto, mas a elas são assegurados: (i) direito de participar em igualdade de condições com as ações ordinárias na distribuição de ações ou quaisquer outros títulos ou vantagens, incluídos os casos de incorporação de reservas ao capital social; (ii) prioridade no reembolso do capital social, na eventual liquidação da Sociedade; e (iii) direito de recebimento de remuneração, pelo menos 10% superior ao valor que for atribuído a cada ação ordinária.

O valor patrimonial de cada ação em 30 de setembro de 2022 é de R\$5,56 (R\$5,18 em 31 de dezembro de 2021).

O Capital Social subscrito e integralizado em 30 de setembro de 2022 é de R\$4.000.000, que líquido do custo de emissão de ações é de R\$3.996.137, e sua composição acionária, é a seguinte:

Acionistas	Número de Ações					
	Ordinárias	%	Preferenciais	%	Total	%
Estado do Paraná	302.653.775	60,1	3	-	302.653.778	20,0
Municípios	-	-	5.561.963	0,6	5.561.963	0,4
Investidores Estrangeiros	54.569.527	10,8	276.076.323	27,4	330.645.850	21,9
Demais Investidores	146.511.957	29,1	725.831.971	72,0	872.343.928	57,7
Totais	503.735.259	100,0	1.007.470.260	100,0	1.511.205.519	100,0

b) Reserva de Reavaliação

Foi realizado até o 3º trimestre de 2022, transferindo-se para Lucros Acumulados, o montante de R\$3.422 (R\$3.901 no mesmo período de 2021), líquido do Imposto de Renda e da Contribuição Social. A realização desta reserva ocorre na mesma proporção das baixas e depreciações dos bens registrados no ativo imobilizado e no intangível, objeto das reavaliações.

A movimentação da realização da Reserva de Reavaliação foi a seguinte:

Descrição	30/09/2022	30/09/2021
Saldos no início do período	59.002	64.292
Realização da Reserva de Reavaliação	(5.184)	(5.911)
Realização dos Tributos sobre Reserva de Reavaliação	1.762	2.010
Saldos no final do período	55.580	60.391

c) Ajustes de Avaliação Patrimonial

Constituída em conformidade com o artigo 182 da Lei das Sociedades por Ações, referente aos ajustes de avaliação patrimonial, enquanto não computadas no resultado do exercício em obediência ao regime de competência, as contrapartidas de aumentos ou diminuições de valores atribuídos a elementos do ativo e do passivo, em decorrência da sua avaliação a valor justo.

Durante este trimestre foi transferido para Lucros Acumulados, o montante de R\$106 (R\$154 no mesmo período de 2021), líquido do Imposto de Renda e da Contribuição Social. A realização desta conta ocorre na mesma proporção das baixas e depreciações dos bens registrados no ativo imobilizado e intangível, aos quais foram atribuídos novos valores.

A movimentação da realização dos Ajustes de Avaliação Patrimonial foi a seguinte:

Descrição	30/09/2022	30/09/2021
Saldos no início do período	4.458	4.668
Realização dos Ajustes ao Custo Atribuído	(161)	(233)
Realização dos Tributos sobre Ajustes ao Custo Atribuído	55	79
Saldos no final do período	4.352	4.514

d) Reserva para Plano de Investimentos

A reserva para plano de investimentos corresponde ao lucro remanescente, após constituição da reserva legal, da reserva de incentivos fiscais e da distribuição dos Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos. O limite para constituição dessa reserva é o valor do capital social integralizado. Os recursos destinados à reserva para investimentos serão aplicados em projetos de construção e expansão dos Sistemas de Abastecimento de Água, Coleta e Tratamento de Esgoto, conforme estabelecido nos planos de investimentos da Companhia.

e) Reserva Legal

Constituída em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e o Estatuto Social, à base de 5% do lucro líquido de cada exercício, deduzido do valor destinado para constituição da Reserva de Incentivos Fiscais, até atingir o limite de 20% do capital social integralizado. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou absorver prejuízos acumulados. Ainda em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações a Administração respeita o limite do capital social para constituição das reservas de lucros.

f) Reserva de Incentivos Fiscais

Constituída em conformidade com o artigo 195-A da Lei das Sociedades por Ações, referente à parcela do lucro líquido decorrente de doações e subvenções governamentais.

g) Outros Resultados Abrangentes

Conforme preconiza o CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados, os ajustes do valor justo do Passivo Atuarial referentes aos Planos de Benefícios aos empregados da Companhia (Nota Explicativa 19) decorrentes dos ganhos ou perdas atuariais são registrados diretamente no Patrimônio Líquido. Também são efetuados ajustes referentes as Realizações da Reserva de Reavaliação e do Ajuste ao Custo Atribuído.

h) Remuneração aos Acionistas

O Estatuto da Companhia prevê a distribuição de dividendos obrigatórios de 25% do resultado líquido ajustado de acordo com a legislação societária. Para os acionistas detentores de ações preferenciais foi atribuído Juros sobre o Capital Próprio (dividendo) por ação 10% superior aos acionistas detentores de ações ordinárias.

A legislação fiscal permite que as companhias procedam ao pagamento de Juros sobre o Capital Próprio, dentro de certos limites, aos acionistas e tratem esses pagamentos como uma despesa dedutível para fins de apuração de imposto de renda e da contribuição social. Esta distribuição, imputada aos dividendos obrigatórios a serem pagos pela Companhia, é tratada para fins contábeis e societários como uma dedução ao patrimônio líquido de maneira similar aos dividendos. Sobre esses valores é retido imposto de renda na fonte à alíquota de 15%, e recolhido pela Companhia quando do crédito dos juros.

Em 28 de abril de 2022, a Assembleia de Acionistas aprovou o pagamento dos Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos Adicionais, creditados aos acionistas no exercício de 2021, no montante bruto de R\$343.564, que líquido do Imposto de Renda Retido na Fonte representou R\$308.834, os quais foram pagos em junho de 2022.

i) Resultado por Ação

O valor da remuneração aos acionistas por ação, em Reais, foi o seguinte:

	2021	2020
Ações Ordinárias	0,21314	0,18389
Ações Preferenciais	0,23445	0,20228
Valor para 1 "Unit"	1,15094	0,99303

Em junho de 2022, a Administração da Companhia propôs e o Conselho de Administração aprovou na 6ª/2022 Reunião Ordinária, de 23 de junho de 2022, o crédito de Juros sobre o Capital Próprio observando o limite legal da variação da TJLP no período, com base nos resultados apurados no 1º semestre de 2022. O valor bruto dos Juros sobre o Capital Próprio, calculados para o 1º semestre de 2022, foi de R\$154.207, sendo retido o valor de R\$16.945 a título de Imposto de Renda Retido na Fonte. Esse crédito gerou uma economia tributária de R\$52.430.

A tabela a seguir estabelece o cálculo do lucro por ação em Reais (em milhares, exceto valores por ação):

Resultado básico e diluído por ação	30/09/2022	30/09/2021
Numerador		
Lucro líquido do período atribuído aos acionistas da Companhia		
Ações ordinárias	250.181	264.265
Ações preferências	550.398	581.383
Denominador		
Média ponderada de número de ações ordinárias	503.735.259	503.735.259
Média ponderada de número de ações preferências	1.007.470.260	1.007.470.260
Resultado básico e diluído (em Reais)		
Por ação ordinária	0,49665	0,52461
Por ação preferencial	0,54632	0,57707

23. RECEITAS OPERACIONAIS

A composição das receitas operacionais, por natureza, é a seguinte:

Descrição	01/07/2022 a 30/09/2022	01/07/2021 a 30/09/2021	01/01/2022 a 30/09/2022	01/01/2021 a 30/09/2021
Receitas				
Receitas de Água	949.601	866.948	2.756.151	2.506.900
Receitas de Esgoto	546.967	508.505	1.623.665	1.466.275
Receitas de Serviços	26.955	28.760	83.036	82.929
Receitas de Resíduos Sólidos	3.146	2.790	9.505	8.823
Serviços Prestados a Prefeituras	5.675	5.342	16.424	15.662
Doações efetuadas por Clientes	9.570	6.866	24.227	25.181
Outras Receitas	2.102	1.441	4.716	3.939
Totais das Receitas Operacionais	1.544.016	1.420.652	4.517.724	4.109.709
Deduções das Receitas Operacionais				
COFINS	(91.773)	(81.618)	(262.687)	(237.118)
PASEP	(19.779)	(17.674)	(56.618)	(51.366)
Totais das Deduções	(111.552)	(99.292)	(319.305)	(288.484)
Totais das Receitas Operacionais Líquidas	1.432.464	1.321.360	4.198.419	3.821.225

A Companhia apresenta a nota explicativa de receita operacional líquida em conformidade com o CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente, conforme item 112A.

A Companhia incorreu em receitas e custos com contratos de construção vinculados às concessões no montante de R\$64.614 (R\$72.999 no mesmo período de 2021), até o 3º trimestre de 2022, ou seja, com margem nula. A receita está apresentada líquida dos custos de construção.

24. CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS

A composição dos custos, por natureza, é a seguinte:

Descrição	01/07/2022 a 30/09/2022			01/07/2021 a 30/09/2021		
	Água	Esgoto	Total	Água	Esgoto	Total
Pessoal	(85.283)	(41.951)	(127.234)	(68.697)	(33.735)	(102.432)
Materiais	(34.480)	(28.564)	(63.044)	(22.577)	(19.883)	(42.460)
Energia Elétrica	(91.020)	(13.525)	(104.545)	(126.000)	(16.635)	(142.635)
Serviços de Terceiros	(63.647)	(54.514)	(118.161)	(61.272)	(45.192)	(106.464)
Depreciações e Amortizações	(45.753)	(43.287)	(89.040)	(42.400)	(40.550)	(82.950)
Indenizações por Danos a Terceiros	(929)	(545)	(1.474)	(395)	(290)	(685)
Fundo Municipal Saneam. e Gestão Amb. (1)	(13.844)	(11.569)	(25.413)	(9.484)	(7.714)	(17.198)
Outros Custos	(29.658)	(10.619)	(40.277)	(28.062)	(11.792)	(39.854)
Totais	(364.614)	(204.574)	(569.188)	(358.887)	(175.791)	(534.678)

Descrição	01/01/2022 a 30/09/2022			01/01/2021 a 30/09/2021		
	Água	Esgoto	Total	Água	Esgoto	Total
Pessoal	(252.962)	(117.934)	(370.896)	(210.125)	(102.086)	(312.211)
Materiais	(102.204)	(71.629)	(173.833)	(74.278)	(53.992)	(128.270)
Energia Elétrica	(376.017)	(50.524)	(426.541)	(338.569)	(45.020)	(383.589)
Serviços de Terceiros	(189.248)	(145.566)	(334.814)	(180.583)	(129.330)	(309.913)
Depreciações e Amortizações	(135.550)	(128.082)	(263.632)	(123.523)	(118.926)	(242.449)
Indenizações por Danos a Terceiros	(2.389)	(1.379)	(3.768)	(1.914)	(1.263)	(3.177)
Fundo Municipal Saneam. e Gestão Amb. (1)	(61.585)	(48.335)	(109.920)	(27.856)	(21.862)	(49.718)
Outros Custos	(93.178)	(33.188)	(126.366)	(82.638)	(35.388)	(118.026)
Totais	(1.213.133)	(596.637)	(1.809.770)	(1,039.486)	(507.867)	(1,547.353)

(1) Os valores referentes ao período de 2021 foram reclassificados de Despesas Comerciais para Custo dos Serviços Prestados, conforme divulgado na Nota Explicativa 2.2 - Mudança de Prática Contábil. Variação em decorrência principalmente do aumento da base de cálculo relacionado ao reajuste tarifário, e também reflexo da repactuação das alíquotas por ocasião da formalização dos Termos de Atualização Contratual com as Microrregiões dos Serviços Públicos de Água e Esgotamento Sanitário do Estado do Paraná

25. DESPESAS COMERCIAIS, ADMINISTRATIVAS E OUTRAS

A composição destas despesas, por natureza, é a seguinte:

Descrição	01/07/2022 a 30/09/2022	01/07/2021 a 30/09/2021	01/01/2022 a 30/09/2022	01/01/2021 a 30/09/2021
Comerciais (1)				
Pessoal	(33.904)	(29.113)	(97.974)	(88.461)
Materiais	(1.118)	(735)	(3.114)	(2.026)
Serviços de Terceiros	(32.769)	(30.488)	(93.041)	(86.448)
Depreciações e Amortizações	(1.798)	(2.219)	(5.521)	(7.221)
Perdas na Realização de Créditos (2)	(57.351)	(31.378)	(167.006)	(74.721)
Programa Sanepar Rural	(1.620)	(1.447)	(3.554)	(2.700)
Outras Despesas	(1.545)	(466)	(3.006)	(1.787)
Totais das Despesas Comerciais	(130.105)	(95.846)	(373.216)	(263.364)
Administrativas				
Pessoal	(165.714)	(136.537)	(461.098)	(402.811)
Materiais	(14.621)	(11.441)	(41.217)	(32.386)
Serviços de Terceiros	(46.559)	(32.583)	(109.205)	(95.755)
Depreciações e Amortizações	(16.857)	(15.655)	(50.249)	(43.152)
Ajuste Valor Realizável Líquido do Estoque	-	7	(62)	2.081
Taxa de Regulação	(6.979)	(6.451)	(20.933)	(19.348)
Despesas com Viagens	(1.501)	(1.010)	(3.812)	(2.790)
Programas Sociais e Ambientais	(1.523)	(565)	(7.646)	(3.299)
Indenizações por Danos a Terceiros	(1.240)	(1.262)	(1.797)	(2.944)
Outras Despesas	(3.942)	(3.976)	(14.889)	(11.719)
Transferências para Custos e Despesas Comerciais (3)	37.598	36.778	113.884	102.869
Despesas Capitalizadas (4)	33.092	21.803	93.473	74.004
Totais das Despesas Administrativas	(188.246)	(150.892)	(503.551)	(435.250)
Outras (Despesas) Receitas Operacionais				
Despesas				
Perdas Eventuais	102	(4.039)	2	(4.047)
Multas Ambientais	12	10	(53)	(101)
Baixas de Ativos	(2.288)	(2.103)	(7.769)	(3.836)
Ajuste a Valor Justo - Investimentos	(50)	(2)	(94)	(317)
Totais das Outras (Despesas) Receitas Operacionais	(2.224)	(6.134)	(7.914)	(8.301)

(1) Os valores de Fundos Municipais de Saneamento e Gestão Ambiental referentes ao período de 2021 foram reclassificados de Despesas Comerciais para Custo dos Serviços Prestados, conforme divulgado na Nota Explicativa 2.2 - Mudança de Prática Contábil;

(2) Crescimento do saldo de provisão para perdas na realização de créditos decorrente de contas vencidas, principalmente reflexo da inadimplência de contas a receber de clientes particulares, vencidas há mais de 180 dias;

(3) Estes valores são primeiramente registrados como despesas administrativas e posteriormente transferidos para custos e despesas comerciais;

(4) Estes valores referem-se aos gastos administrativos capitalizados, por se relacionarem com projetos e obras em andamento, alocados diretamente pelas Gerências da Companhia.

26. PROGRAMA DE PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS

A Companhia provisionou o montante de R\$54.519 (R\$59.618 no mesmo período de 2021), referente provisão a título de Participação nos Resultados, com base em metas e performance estabelecidas para o exercício de 2022, o qual encontra-se registrado na conta de Salários e Encargos Sociais, no passivo circulante.

27. RESULTADO FINANCEIRO

Descrição	01/07/2022 a 30/09/2022	01/07/2021 a 30/09/2021	01/01/2022 a 30/09/2022	01/01/2021 a 30/09/2021
Receitas Financeiras				
Aplicações Financeiras (1)	44.137	13.781	125.511	29.228
Variações Monetárias Ativas	19.712	6.260	55.509	19.493
Variações Cambiais Ativas	809	13	3.319	1.369
Ganho com Instrumentos Derivativos Financeiros	185	603	1.177	1.094
Outras Receitas Financeiras	3.155	4.902	17.984	15.035
Totais das Receitas Financeiras	67.998	25.559	203.500	66.219
Despesas Financeiras				
Juros e Taxas de Financiamentos, Empréstimos, Debêntures e Arrendamentos (1)	(126.127)	(93.549)	(300.344)	(210.666)
Variações Monetárias Passivas (1)	3.488	(24.118)	(71.237)	(59.974)
Variações Cambiais Passivas	(232)	(685)	(1.449)	(1.185)
Perda com Instrumentos Derivativos Financeiros	(1.396)	(45)	(4.492)	(1.486)
Outras Despesas Financeiras	(599)	(422)	(1.826)	(1.487)
Totais das Despesas Financeiras	(124.866)	(118.819)	(379.348)	(274.798)
Resultado Financeiro	(56.868)	(93.260)	(175.848)	(208.579)

- (1) Aumento da base de cálculo dos juros e das variações monetárias passivas, em função da captação de recursos de terceiros, reajuste do contrato do arrendamento do litoral e variação do IPCA, compensado pelo crescimento das receitas financeiras, devido principalmente pela alteração do valor da taxa SELIC e do incremento de Caixa e Equivalentes de Caixa da Companhia (valores aplicados).

28. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIOS

A Companhia possui dois segmentos de negócios claramente identificáveis, que são tratamento e distribuição de água e coleta e tratamento de esgoto sanitário. O processo de coleta e tratamento de resíduos sólidos foi considerado no segmento de esgoto. O lucro operacional por segmento é representado pela receita, deduzida dos custos diretos e despesas operacionais diretas e indiretamente alocáveis a estes segmentos. Os ativos e passivos identificáveis por segmento estão apresentados separadamente. Os ativos e passivos corporativos não foram diretamente atribuídos a cada segmento de negócio.

A Companhia avalia a *performance* por segmento, com base em informações geradas pelos registros contábeis, sendo que diversas despesas são alocadas por meio de rateio, na seguinte apresentação:

Descrição	01/01/2022 a 30/09/2022			01/01/2021 a 30/09/2021		
	Água	Esgoto	Total	Água	Esgoto	Total
Receita Operacional Direta	2.817.589	1.654.768	4.472.357	2.566.634	1.498.293	4.064.927
Outras Receitas Operacionais	25.621	19.746	45.367	25.450	19.332	44.782
Total da Receita Operacional Bruta	2.843.210	1.674.514	4.517.724	2.592.084	1.517.625	4.109.709
Deduções da Receita (PASEP e COFINS)	(180.311)	(138.994)	(319.305)	(163.937)	(124.547)	(288.484)
Receita Operacional Líquida	2.662.899	1.535.520	4.198.419	2.428.147	1.393.078	3.821.225
Custo	(1.213.133)	(596.637)	(1.809.770)	(1.039.486)	(507.867)	(1.547.353)
Lucro Bruto	1.449.766	938.883	2.388.649	1.388.661	885.211	2.273.872
Despesas Comerciais	(210.776)	(162.440)	(373.216)	(149.842)	(113.522)	(263.364)
Despesas Administrativas	(284.383)	(219.168)	(503.551)	(247.360)	(187.890)	(435.250)
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	(4.470)	(3.444)	(7.914)	(4.718)	(3.583)	(8.301)
Resultado Equivalência Patrimonial	-	(2.223)	(2.223)	-	(2.338)	(2.338)
Resultado Financeiro	(80.643)	(95.205)	(175.848)	(100.370)	(108.209)	(208.579)
Programa de Participação nos Resultados	(30.790)	(23.729)	(54.519)	(33.882)	(25.736)	(59.618)
Provisões	(53.304)	(41.160)	(94.464)	(32.385)	(24.536)	(56.921)
Planos de Aposentadoria e Assistência Médica	(34.170)	(26.338)	(60.508)	(25.090)	(19.061)	(44.151)
Lucro Antes dos Impostos e Contribuições	751.230	365.176	1.116.406	795.014	400.336	1.195.350
Imposto de Renda e Contribuição Social	(212.520)	(103.307)	(315.827)	(232.583)	(117.119)	(349.702)
Lucro Líquido do Período	538.710	261.869	800.579	562.431	283.217	845.648
Margem Operacional - Não Auditado/Revisado	28,2%	23,8%	26,6%	32,7%	28,7%	31,3%
Margem Líquida - Não Auditado/Revisado	20,2%	17,1%	19,1%	23,2%	20,3%	22,1%
Investimentos no Imobilizado/Intangível no Período (1)	548.899	713.104	1.262.003	489.162	429.170	918.332
Participação Societária - CS Bioenergia	-	2.741	2.741	-	1.046	1.046
Endividamento - Empréstimos, Financiamentos, Debêntures e Arrendamento	2.257.267	2.651.976	4.909.243	1.791.826	2.267.206	4.059.032
Ativo de Contrato, Imobilizado e Intangível, Líquidos	5.246.585	6.388.892	11.635.477	4.756.253	5.676.440	10.432.693
Depreciações e Amortizações do Período	(167.049)	(152.353)	(319.402)	(152.150)	(140.672)	(292.822)
Contas a Receber (Circulante e Não Circulante) (2)	1.163.437	544.818	1.708.255	885.840	450.814	1.336.654
Total do Ativo	7.290.063	8.877.285	16.167.348	6.530.912	7.794.441	14.325.353
Total do Passivo (Circulante e Não Circulante)	3.884.326	3.874.188	7.758.514	3.068.618	3.679.091	6.747.709
Quantidade de Ligações - Não Auditado/Revisado (3)	3.397.534	2.425.700	-	3.330.398	2.361.454	-
Volume Milhares de m³ Faturados - Não Auditado/Revisado (4)	399.000	307.500	-	388.337	294.973	-

(1) Os valores investidos em bens de uso administrativo foram alocados proporcionalmente aos investimentos de cada segmento;

(2) Apresentadas pelo valor bruto;

(3) Os usuários incluídos no segmento de esgoto estão praticamente todos incluídos no segmento de água;

(4) Os volumes faturados do segmento de esgoto são derivados dos volumes faturados do segmento de água.

29. SEGUROS

A Companhia possui contrato de seguro com a MAPFRE Seguros Gerais S/A para a cobertura de seus principais ativos situados em diversas localidades em todo o Estado do Paraná, no montante de R\$1.794.313, com vigência abrangendo o período de 14/03/2022 a 13/03/2023, para cobertura básica, incêndio, vendaval e danos elétricos em equipamentos.

Ativo	Importância Segurada
Edifícios	868.576
Máquinas, Equipamentos e Veículos	840.550
Estoque	85.187
Totais	1.794.313

Adicionalmente a Companhia possui apólices de Seguro Garantia Judicial com a finalidade de garantir valores que seriam depositados e/ou substituir os valores já depositados e/ou bens penhorados em processos judiciais de ações trabalhistas, cíveis, tributárias e ambientais. Até 30 de setembro de 2022 a Companhia ofereceu garantias através do Seguro Garantia em 307 processos judiciais no montante de R\$317.293 com a Pottencial Seguradora S/A, com vencimento em 07/06/2023.

A Companhia também firmou/renovou o contrato com a Starr International Brasil Seguradora S/A para cobertura securitária na modalidade de responsabilidade civil de diretores e administradores da Sanepar (D & O – Directors and Officers) com abrangência Nacional e Internacional, tendo como limite máximo de garantia R\$20.000, com vigência do contrato por 365 dias com encerramento em 09/09/2023.

30. IMPACTOS DO CORONAVÍRUS (COVID-19)

Em 29 de março de 2022, a partir de dados da cobertura vacinal contra a Covid-19 e do decréscimo do número de contaminação, internação e óbitos pelo Coronavírus no Paraná, o Governo do Estado publicou o decreto 10.596/2022 que libera a circulação de pessoas sem máscaras em locais internos, mantendo a recomendação do uso em alguns espaços, como transporte público e pontos de atendimento à saúde.

Com a publicação do decreto estadual, a Sanepar estabeleceu novas diretrizes preventivas estabelecidas a seguir:

- O uso de máscaras deixa de ser obrigatório nas dependências da Sanepar, exceto em locais de atendimento médico ocupacional e municípios com medidas mais restritivas, no entanto recomenda-se o uso da máscara em ambientes internos da Companhia, sendo o uso a critério do empregado.
- Estão vigentes três modalidades de trabalho na companhia: trabalho presencial, teletrabalho, para categorias com aprovação em ACT, e trabalho remoto, obrigatório exclusivamente para empregados em isolamento, durante período determinado por profissional da saúde.
- O atendimento presencial, disponibilizado aos clientes de maneira integral, deve ocorrer conforme horários definidos em normativo interno. Nas localidades em que houver restrições de horários ou capacidade, as Centrais de Relacionamento devem atender ao decreto ou legislação municipal vigente. Devem ser atendidos todos os critérios de distanciamento social e protocolo de higiene e proteção contidos no Plano de Contingência para o Enfrentamento do Coronavírus.

Está em vigor a prorrogação do adiamento da cobrança das contas de água e esgoto, para clientes cadastrados na categoria “Água Solidária”. A medida é válida pelo período de 90 dias, a partir de 11 de setembro de 2022, e foi publicada em Fato Relevante de 05 de setembro de 2022, em continuidade às ações implementadas em 2020 e 2021 e seguindo a lei estadual nº 20.187/2020, que permanece em vigor e restringe o corte do fornecimento de serviços, para determinadas categorias de consumidores, durante situações de emergência, como a pandemia da Covid-19.

No 3º trimestre de 2022, o faturamento médio mensal da categoria “Água Solidária” foi de R\$5,1 milhões, e foram atendidas em média 269 mil economias de água e 187 mil de esgoto.

Desde o início do período de pandemia, a partir de 19 de março de 2020, a Companhia vem analisando a arrecadação e a inadimplência e, considerando a melhor estimativa, constituiu provisão para perdas esperadas de R\$29,8 milhões de contas a receber (R\$9,2 milhões em 2022).

31. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 20 de outubro de 2022 o Conselho de Administração da Companhia, autorizou o encaminhamento à Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Paraná – AGEPAR, do levantamento da Base de Ativos Regulatória (BAR), data-base 31/12/2020, realizado pela empresa Setape Engenharia de Avaliações Ltda., como integrante da 2ª fase da 2ª Revisão Tarifária Periódica (2ª RTP). O Laudo de Avaliação será objeto de fiscalização pela AGEPAR, conforme Nota Técnica nº 01/2021 de 15/04/2021, podendo sofrer alterações em função da análise da AGEPAR.